



RELATÓRIO DO ENCONTRO DE MINISTROS DA AGRICULTURA DAS AMÉRICAS 2015 E DA DÉCIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DA JUNTA INTERAMERICANA DE AGRICULTURA

Cancún, Riviera Maya, México
19-23 de outubro de 2015



SÉRIE DOCUMENTOS OFICIAIS Nº 96

Que é o IICA?

Há mais de 70 anos, homens visionários identificaram a necessidade de o continente americano dispor de um organismo especializado em agricultura, com o propósito que ainda hoje se mantém atual: promover o desenvolvimento agrícola e o bem-estar rural desse continente.

Foi assim que nasceu o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), que ao longo de todo esse tempo foi capaz de identificar desafios e oportunidades e, mais importante ainda, de evoluir como um organismo de cooperação técnica internacional que responde permanentemente às novas demandas do setor agrícola.

Nossa **missão** é *incentivar, promover e apoiar os esforços de os Estados membros para conseguir o desenvolvimento agrícola e o bem-estar rural” por meio da cooperação técnica internacional de excelência.*

Ao lado de nossos Estados membros, nossa **visão** é *alcançar uma agricultura interamericana competitiva, incluyente e sustentável que alimente o hemisfério e o mundo e que, ao mesmo tempo, gere oportunidades para diminuir a fome e a pobreza nos produtores e nos habitantes dos territórios rurais.*

Oferecemos cooperação mediante trabalho próximo e permanente com nossos 34 Estados membros, a cujas necessidades atendemos oportunamente. Sem dúvida alguma, nosso ativo mais valioso é a estreita relação que mantemos com os beneficiários de nosso trabalho.

Temos ampla experiência em temas como tecnologia e inovação para a agricultura, sanidade agropecuária e inocuidade de alimentos, agronegócios, comércio agropecuário, desenvolvimento rural, gestão dos recursos naturais e capacitação.

Assumimos um compromisso com os resultados. O Plano de Médio Prazo 2014-2018 propicia a evolução de nosso modelo de cooperação para nos consolidar como uma organização orientada para a obtenção de resultados concretos e visíveis. Desejamos facilitar as transformações positivas que os Estados membros procuram alcançar nos setores agrícola e rural.



RELATÓRIO DO ENCONTRO DE MINISTROS DA AGRICULTURA DAS AMÉRICAS 2015 E DA DÉCIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DA JUNTA INTERAMERICANA DE AGRICULTURA

Cancún, Riviera Maya, México

19-23 de outubro de 2015

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2015.



Relatório do Encontro de Ministros da Agricultura das Américas 2015 e Décima Oitava Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura do IICA está publicado sob licença Creative Commons

Atribuição-CompartilhaIgual 3.0 IGO (CC-BY-SA 3.0 IGO)

(<http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/igo/>)

Baseada numa obra em www.iica.int

O IICA promove o uso adequado deste material. Solicita-se que seja citado apropriadamente, quando for o caso.

Esta publicação também está disponível em formato eletrônico (PDF) na página institucional: <http://www.iica.int>

Coordenação editorial: Patricia Ross e Katia Núñez.

Tradutor: Francisco Azevedo.

Diagramação: Carlos Umaña.

Leiaute da capa: Carlos Umaña.

Impressão: Gráfica do IICA.

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
Relatório do Encontro de Ministros da Agricultura das Américas
2015 e Décima Oitava Reunião Ordinária da Junta Interamericana de
Agricultura do IICA / IICA – São José, C.R.: IICA, 2015.
129 p.; 21x16 cm. – (Série Documentos Oficiais /
IICA, ISSN 1018-709X; no. 96)

ISBN 978-92-9248-600-6

Publicado também em espanhol, francês e inglês

1. Cooperação internacional 2. Organizações internacionais
3. Assistência técnica I. IICA II. Título III. Série

AGRIS
E14

DEWEY
338.181

São José, Costa Rica
2015

SUMÁRIO

SUMÁRIO

ATA DO ENCONTRO DE MINISTROS DA AGRICULTURA 2015 E DA DÉCIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DA JIA	7
Cerimônia de abertura.....	9
Foro técnico “Para uma Produtividade Competitiva, Sustentável e Inclusiva: Uma Oportunidade para a Agricultura das Américas”.....	15
Décima Oitava Reunião Ordinária da JIA.....	43
Sessão Preparatória.....	45
Primeira Sessão Plenária.....	49
Segunda Sessão Plenária.....	61
Sessão de Encerramento.....	65
DECLARAÇÃO DOS MINISTROS DA AGRICULTURA, MÉXICO 2015	67
RESOLUÇÕES	79
ASSINATURA DO RELATÓRIO	105
ANEXOS	109
Anexo 1: Agenda.....	111
Anexo 2: Lista de participantes.....	113
Anexo 3: Funcionários da reunião.....	125

**ATA DO ENCONTRO DE MINISTROS DA
AGRICULTURA 2015 E DA DÉCIMA OITAVA
REUNIÃO ORDINÁRIA DA JIA**

CERIMÔNIA DE ABERTURA

CERIMÔNIA DE ABERTURA

Abertura

O ato de abertura do Encontro dos Ministros da Agricultura das Américas 2015 e da Décima Oitava Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura (JIA) teve início às 19:18 de 20 de outubro de 2015 no hotel Grand Velas, localizado no município de Solidariedad, estado de Quintana Roo, México, com a presença do Presidente dos Estados Unidos Mexicanos, senhor Enrique Peña Nieto, e do Secretário de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural, Pesca e Alimentação desse país, senhor José Calzada Rovirosa.

Discurso do Governador do estado de Quintana Roo, senhor Roberto Borge Angulo

O Governador de Quintana Roo, senhor Roberto Borge Angulo, deu as boas-vindas a todos os presentes. Destacou a importância da reunião, que permitirá a tomada de importantes decisões sobre políticas futuras para a promoção da produtividade agrícola e da inclusão rural.

Observou que o México se destacou por impulsionar o desenvolvimento agrícola e o combate à pobreza. Ressaltou que, apesar disso, a produção agrícola ainda não conseguiu atender a todas as demandas da população e que é fundamental para o país aumentar a produtividade do setor agrícola.

Acrescentou que o turismo constitui a principal fonte de receitas do estado de Quintana Roo, um dos mais importantes destinos turísticos do país, mas que a agricultura também é um setor fundamental para o estado, por complementar a atividade turística.

Não obstante, em Quintana Roo a produção agrícola ainda não satisfaz plenamente às demandas do setor do turismo, o que obriga o governo a empreender árduos esforços para promover o desenvolvimento agrícola e diminuir a pobreza, problemas que também preocupam os países participantes desta reunião.

Para finalizar, expressou os seus votos de que a reunião tenha êxito e de que os organizadores e os participantes alcancem todos os objetivos que se propuseram.

Discurso do Secretário de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural, Pesca e Alimentação do México, senhor José Eduardo Calzada Rovirosa

O Secretário de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural, Pesca e Alimentação do México, senhor José Eduardo Calzada Rovirosa, declarou que, para o seu país, é uma grande honra sediar o Encontro de Ministros da Agricultura das Américas 2015 e a Décima Oitava Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura.

Em seguida, deu as boas-vindas aos ministros e chefes de delegação dos Estados membros do IICA e afirmou que as deliberações da reunião serão muito enriquecedoras, pois permitirão aos países intercambiar opiniões sobre as suas experiências e as diferentes maneiras de enfrentar os desafios da agricultura e do abastecimento de alimentos.

Observou que o lema do evento, “Cultivar melhor, produzir mais, alimentar a todos: Produtividade agrícola sustentável e inclusão rural”, revela o desafio enfrentado pela humanidade de alimentar mais de 9 bilhões de pessoas em 2050. Acrescentou que, diante da situação de fome e desnutrição que poderá se apresentar, torna-se necessário definir desde agora ações precisas e viáveis para aumentar a produção de alimentos em 70% nos próximos anos. Afirmou que esta é uma prioridade estratégica a que se deve responder com uma visão de futuro. Acabar com a fome e melhorar a nutrição, destacou, é um assunto prioritário incluído na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas e uma obrigação moral que não é possível descuidar.

Ressaltou que produzir mais é a única maneira de tornar efetivo o direito de todos à alimentação, sendo para isso necessário promover a inovação tecnológica, aumentar os investimentos produtivos, melhorar as técnicas de produção, reduzir o desperdício de alimentos e aumentar a eficiência do sistema alimentar. Para se avançar nessa direção, acrescentou, são imprescindíveis parcerias entre as nações e ações conjuntas de cooperação internacional que garantam maior disponibilidade de alimentos. Afirmou que o trabalho do IICA é fundamental para essa tarefa, pois as suas contribuições são essenciais para que os países possam elaborar políticas públicas com vistas a impulsionar a produtividade agropecuária sustentável e inclusiva.

Destacou que deste encontro, como aparece no seu lema, surgirão iniciativas e projetos para se cultivar melhor, produzir mais e alimentar a todos. Concluiu ressaltando que os acordos alcançados nesta reunião serão de grande relevância, pois demonstrarão o compromisso e a vontade política dos ministros da agricultura das Américas de empreender ações responsáveis em benefício da nossa sociedade.

Discurso do Diretor-Geral do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), senhor Víctor M. Villalobos Arámbula

O Diretor-Geral do IICA aludiu à *milpa*, um espaço milenar inter-relacionado com o ser humano, a agricultura e o meio ambiente, como indicativo do eixo das deliberações sugerido pelo Governo do México para este encontro: “Cultivar melhor, produzir mais e alimentar a todos: Produtividade agrícola sustentável e inclusão rural”.

Destacou que “cultivar melhor” supõe a satisfação das necessidades do presente e do futuro sem comprometimento da sustentabilidade no longo prazo e que, para isso, se deve desenvolver uma agricultura que não esgote os recursos naturais, otimize o uso da água e seja resiliente e capaz de se adaptar à mudança climática e gerir a redução dos riscos. Lembrou a necessidade de se adotar boas práticas agrícolas e promover a inovação constante e a aplicação do conhecimento científico e tradicional para aumentar a produtividade. Explicou que esta é uma condição necessária para se alcançar a competitividade, entendida como a capacidade dos atores agrícolas de se incorporar aos mercados e neles permanecer.

Afirmou que, para se “produzir mais”, é preciso contar com a cooperação internacional, com um arcabouço de políticas e reformas baseadas em princípios científicos, com a capacidade de propiciar o desenvolvimento de conhecimentos e inovações e com investimentos que favoreçam tanto as grandes empresas agrícolas como a agricultura familiar. Explicou que esse enfoque inclusivo permitirá o fechamento de hiatos entre produtores, regiões e países e que, para isso, é recomendável fortalecer a capacidade orientadora do Estado na agropecuária, desenvolver um processo de gestão educativa moderna no setor agrícola, impulsionar uma cultura de inovação, consolidar a liderança da região no comércio internacional de produtos agrícolas, promover o empreendedorismo dos pequenos produtores e fortalecer a cooperação internacional para o desenvolvimento de uma agricultura produtiva, sustentável e inclusiva.

O Diretor-Geral do IICA afirmou que a agricultura é o ponto de partida para se alcançar a segurança alimentar de uma população em constante crescimento, sendo fundamental, para isso, o aumento da produtividade agrícola. Acrescentou que o continente americano tem um enorme potencial de contribuir para essa realização, com capacidade de se transformar no celeiro do mundo.

Em seguida, ressaltou a importância do Instituto para os seus países membros, por ser uma organização internacional que agrega valor ao trabalho dos governos, dos produtores, dos setores acadêmico e privado e da sociedade civil, mediante a colaboração multilateral e a geração de bens públicos internacionais em temas de alto impacto.

Solicitou, portanto, que os ministros da agricultura das Américas, reunidos como Junta Interamericana de Agricultura, tomem a decisão de fortalecer financeiramente o IICA, com o objetivo de ajudar-se a si próprios e aos milhões de pessoas envolvidas com a agricultura, na busca de um setor agrícola mais produtivo, sustentável e inclusivo.

Discurso do Presidente dos Estados Unidos Mexicanos, senhor Enrique Peña Nieto

O senhor Enrique Peña Nieto, Presidente dos Estados Unidos Mexicanos, destacou que uma das obrigações básicas do Estado é assegurar à sua população o acesso aos alimentos.

De acordo com dados da Organização das Nações Unidas, ressaltou, a população mundial será de mais de 9 bilhões de pessoas em 2050, aumento de 24% em relação à população atual. Acrescentou que, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), para se responder à demanda futura de alimentos será necessário aumentar a sua produção entre 60% e 70% e que, desse total, apenas de 10% a 20% poderão ser obtidos mediante o cultivo de novas terras; a solução, portanto, é aumentar a produtividade agrícola.

Afirmou que, embora existam produtores com acesso aos mercados, um grande número de pequenos agricultores produz para o próprio consumo e que devem existir políticas públicas para favorecer o aumento da produtividade dos dois tipos de produtores.

Observou que os países das Américas dispõem hoje de uma oferta maior de tecnologias, mas o desafio é fazê-las chegar a todos os agricultores, com o propósito de contribuir para aumentar a segurança alimentar, diminuir o impacto ambiental e reduzir a pobreza e a desigualdade social.

Por último, fez um apelo ao fortalecimento do IICA, a fim de que ele continue sendo um espaço de diálogo e intercâmbio de experiências e uma instância articuladora de esforços hemisféricos para impulsionar o setor rural, de maneira que nos campos se possa cultivar melhor, produzir mais e alimentar a todos.

Encerramento

O ato de abertura do Encontro dos Ministros da Agricultura das Américas 2015 e da Décima Oitava Reunião Ordinária da JIA foi encerrado às 20:00 de 20 de outubro de 2015.

**FORO TÉCNICO “PARA UMA PRODUTIVIDADE
COMPETITIVA, SUSTENTÁVEL E INCLUSIVA:
UMA OPORTUNIDADE PARA A AGRICULTURA
DAS AMÉRICAS”**

FORO TÉCNICO “PARA UMA PRODUTIVIDADE COMPETITIVA, SUSTENTÁVEL E INCLUSIVA: UMA OPORTUNIDADE PARA A AGRICULTURA DAS AMÉRICAS”

Abertura

O foro técnico “Para uma Produtividade Competitiva, Sustentável e Inclusiva: Uma Oportunidade para a Agricultura das Américas” teve início às 9:00 de 21 de outubro de 2015, nos salões Mimosa I e Mimosa II do hotel Fairmont Mayakoba, localizado na cidade de Cancún, Riviera Maya, México, tendo como moderador o senhor José Calzada Roviroso, Secretário de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural, Pesca e Alimentação do México.

Discurso de abertura

O Secretário de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural, Pesca e Alimentação do México transmitiu as saudações do Presidente dos Estados Unidos Mexicanos, com os votos de que os acordos obtidos neste foro sejam transcendentais para os países das Américas.

Observou que este foro é um apelo à reflexão sobre a importância de se aumentar a produtividade agropecuária para atender à demanda crescente de alimentos. Destacou que existe um trabalho árduo a ser feito, em um entorno complexo que requer políticas que promovam maior resiliência à mudança climática, respeito ao meio ambiente, preservação da sanidade e da qualidade e integração dos pequenos produtores às cadeias de valor.

Declarou que existe o desafio compartilhado de se transformar o continente americano no maior produtor de alimentos do mundo, para o que é necessário expandir a produção mediante novas formas de cultivo. Para essa finalidade, a inovação e a tecnologia são fatores fundamentais, ressaltou, por serem vitais para se obter o aumento sustentável da produtividade, para o que as parcerias público-privadas são fundamentais.

Em seguida, tratou da agricultura familiar, praticada pela maioria dos produtores, inclusive os que cultivam para consumo próprio e não dispõem de tecnologias que lhes permitam melhorar sua produtividade e renda, donde a urgência de que eles sejam apoiados para terem acesso maior às inovações tecnológicas. Destacou também a importância de se proteger os ecossistemas e promover o aumento da renda dos pequenos produtores.

Reiterou o compromisso do México com iniciativas para a construção de uma agenda ampla que resulte em colaboração estreita, ágil e focada, e que contribua para o aumento da produtividade agrícola sustentável e da inclusão rural. Destacou que o IICA desempenha um papel fundamental para isso e que as decisões tomadas neste encontro serão essenciais para a melhoria das condições de vida dos povos.

Apresentação sobre a iniciativa “4x1000” para o manejo de gases de carbono

A Vice-Ministra da Agricultura, Agroalimentação e Silvicultura da França, Catherine Geslain-Laneelle, apresentou a iniciativa “4x1000”, que tem por objetivos: a) contribuir para a segurança alimentar mediante o aumento da fertilidade do solo graças ao sequestro do carbono nos solos agrícolas; b) adaptar a agricultura à mudança climática; e c) mitigar as emissões de gases do efeito estufa.

Destacou que diversas práticas inovadoras cientificamente embasadas estão mostrando ao mundo que milhares de agricultores contribuem para o aumento do carbono nos solos e, portanto, para a sua fertilidade. Observou que a denominação “4x1000” provém de uma conferência científica em que se explicou que o aumento do carbono nos solos na proporção de quatro por mil compensaria as emissões de gases de efeito estufa produzidas por todas as atividades humanas e contribuiria para a obtenção da segurança alimentar.

Em seguida, explicou que essa iniciativa se fundamenta em dois pilares: a) a participação de múltiplos parceiros para o compartilhamento de boas práticas e a oferta de programas orientados para a capacitação, o financiamento de projetos, o desenvolvimento de políticas públicas e a melhoria das cadeias de suprimentos; e b) um programa internacional de pesquisa e cooperação científica, que desenvolverá mecanismos para, entre outros objetivos, avaliar o potencial de armazenamento de carbono no solo, analisar o desempenho de práticas agrícolas para o aumento da quantidade de carbono no solo, promover a inovação para essa finalidade e avaliar as mudanças nos estoques de carbono.

Comentou que esta é uma iniciativa vertical, transparente e colaborativa, com uma comissão executiva que monitora o projeto e uma comissão científica de assessoramento, a fim de que as ações empreendidas no âmbito da iniciativa tenham embasamento científico.

Finalmente, convidou os governos locais, as autoridades nacionais, os doadores, as instituições do setor privado, os organismos de pesquisa internacional, as organizações não governamentais e as demais instituições envolvidas na agricultura e no desenvolvimento rural a participar dessa iniciativa, uma vez que a agricultura é fundamental no combate à mudança climática.

Relatório sobre a Reunião Interamericana dos Serviços Nacionais de Sanidade Animal, Vegetal e Inocuidade dos Alimentos frente aos Desafios do Comércio Internacional, realizada em Brasília em 2 e 3 de setembro de 2015

Kátia Abreu, Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil, iniciou o seu relatório destacando a contribuição das Américas para a alimentação de bilhões de pessoas de todo o planeta, graças a produtos como o tomate, a batata-doce, o feijão, a mandioca e o milho, este último símbolo sagrado dos seus povos. Observou também que o continente americano responde por 39% do total das exportações agrícolas mundiais.

Lembrou que, apesar dessas inegáveis conquistas, ainda há muitos desafios a serem vencidos para se eliminar a insegurança alimentar. A solução definitiva do problema, destacou, deve ser construída sobre três elementos estruturais: produtividade, sustentabilidade e sanidade agropecuária.

Com respeito à produtividade, ressaltou que o Brasil é a nação com a agricultura tropical mais extensa e que mais usa tecnologia no planeta, o que transformou o país em um dos dez maiores produtores mundiais. Acrescentou que o agronegócio brasileiro gera um terço das receitas e dos empregos do país. Destacou que o aumento da produtividade tem se apoiado em conhecimentos e tecnologias de gestão e genética, muitos dos quais foram gerados e divulgados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

Explicou que os avanços alcançados pelo Brasil no aumento da produtividade estão associados à sustentabilidade ambiental, pois, graças ao conhecimento gerado, o país conseguiu produzir cada vez mais alimentos, bioenergia e fibras na mesma extensão de terra. Além disso, o Brasil dispõe de uma das legislações ambientais mais avançadas do mundo, o que reforça o seu compromisso com uma agricultura sustentável. Entre as iniciativas relevantes nesse sentido, destacou o programa Agricultura Baixa em Carbono (ABC), que estimula a adoção de tecnologias sustentáveis, como plantio direto e integração de cultivos, criação de gado e florestas, com o objetivo de reduzir as emissões de gases do efeito estufa e aumentar a produtividade.

Ressaltou que o terceiro elemento estrutural essencial para a eliminação da insegurança alimentar é a sanidade agropecuária, que permite oferecer ao mundo alimentos de qualidade e livres de pragas e doenças. Informou que, há um mês e meio, se realizou no Brasil a Reunião Interamericana de Serviços Nacionais de Sanidade Animal, Vegetal e Inocuidade dos Alimentos, com a participação de 35 países das Américas, na qual se percebeu a necessidade de se incentivar o intercâmbio de conhecimentos e informações em sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos (SAIA).

Declarou que, nesse campo, diversos desafios são comuns a todos os países do continente americano, como a promoção da modernização contínua dos serviços de SAIA, o atendimento às doenças veiculadas por alimentos e a eliminação do uso de normas diferenciadas entre mercados internos e externos. Comentou que o sistema de proteção agropecuária que garante a inocuidade e a qualidade dos alimentos é de prioridade máxima para o Brasil, que tem orientado esforços para a geração de mecanismos e instrumentos inovadores nos processos dos seus serviços sanitários, entre os quais se destaca uma ferramenta para a avaliação de riscos que permite melhorar a tomada de decisões e facilita o comércio entre os países.

Como nem todos os países das Américas dispõem de recursos humanos e financeiros para a realização de avaliações de risco, a Ministra da Agricultura do Brasil propôs a constituição de um grupo de trabalho encarregado da criação de procedimentos para a avaliação de riscos sanitários e fitossanitários. As discussões realizadas no âmbito desse grupo, explicou, seriam conduzidas segundo os princípios do Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da Organização Mundial do Comércio (OMC) e levariam em conta as demandas de todos os países da região.

Considerou que essa iniciativa seria um bom exemplo para o mundo e solicitou o apoio de todos os presentes para a sua aprovação e o início de discussões que levem à adoção de procedimentos harmonizados que facilitem e ofereçam maior segurança ao comércio entre os países.

Recomendações do documento técnico “Para uma produtividade competitiva, sustentável e inclusiva: Uma oportunidade para a agricultura das Américas”

O Diretor-Geral do IICA comentou que o mundo, em geral, e o setor agrícola, em particular, estão enfrentando mudanças que se sucedem rapidamente e, em alguns casos de forma imprevisível, que levam à montagem de novos cenários e abrem caminho para novos sistemas de produção mais responsáveis com os recursos naturais, mas sob pressão maior para atender à demanda dos alimentos, óleos e fibras necessários para a população mundial em crescimento.

Destacou que são três os principais desafios do setor agrícola: a) a análise do que acontece com os fatores de produção e os agentes externos que os afetam; b) a identificação de elementos que permitam melhorar a produtividade e estejam ao alcance de todos os atores; e c) o aumento da produtividade sem a superexploração dos recursos naturais.

Em seguida, explicou que a melhoria na produtividade total dos fatores implica o aumento dos produtos, mas também o uso constante dos insumos – ou seja, produzir mais com o mesmo.

Observou que algumas das razões que justificam a necessidade de se aumentar a produtividade agropecuária são as seguintes: a) a demanda de alimentos para a população humana em crescimento; b) a vulnerabilidade dos recursos naturais, principalmente do solo e da água; c) a exclusão; e d) a mudança climática. Acrescentou que, nos últimos 30 anos, a agricultura cresceu a um ritmo menor que os demais setores da economia. Explicou que uma das principais razões pelas quais se deve, no continente americano, focar a atenção na produtividade agropecuária é que o seu crescimento é menor que o do produto interno bruto (PIB), o que significa que a produção fica abaixo do crescimento da economia.

Também ressaltou que, na América Latina e no Caribe (ALC), o aumento da produtividade foi baixo, se comparado com o de outras regiões, pois na ALC a produtividade cresceu 2,1% na média, e com grandes variações entre países, enquanto em outras regiões o crescimento médio foi de 3,5% a 4,2%. Acrescentou que existem grandes oportunidades para se aumentar a produtividade e fechar hiatos, mas faltam pesquisa, extensão, capacitação e, sobretudo, financiamento e investimento.

Finalmente, listou seis recomendações que ajudarão na resposta aos desafios da produtividade agropecuária e poderão ser consideradas na formulação de uma agenda comum interamericana nesse tema: a) fortalecer a capacidade orientadora do Estado na agropecuária; b) desenvolver um processo de gestão educativa moderna no âmbito agrícola; c) continuar investindo na criação de uma cultura de inovação agropecuária; d) consolidar a liderança da região no comércio internacional de produtos agrícolas; e) impulsionar uma cultura empreendedora e organizacional dos pequenos produtores; e f) fortalecer a cooperação internacional para o desenvolvimento de uma agricultura produtiva, sustentável e inclusiva.

Diálogo sobre Produtividade Agrícola Sustentável e Inclusiva

O Secretário de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural, Pesca e Alimentação do México apresentou aos palestrantes a sugestão de uma série de perguntas para orientar o diálogo ministerial.

Pergunta 1: O que deveriam fazer os ministros da agricultura para aumentar a produtividade sustentável e inclusiva de todos os tipos de agricultura? Como fazer para reduzir o hiato entre a agricultura de grande escala e a do pequeno produtor e como ser mais eficazes em política pública para conseguir isso?

O palestrante *Tabaré Aguerre*, Ministro da Agricultura do Uruguai, focou a sua resposta sob três perspectivas:

Como perito do projeto insígnia do IICA “Resiliência e gestão integral de riscos na agricultura”:

- Não há apenas uma resposta. Não existe muita diferença entre os agronegócios de nossos países, mas é significativa a diferença entre as suas agriculturas familiares. Os dois setores não se excluem.
- A agricultura oferece possibilidades de desenvolvimento e prosperidade a milhões de agricultores, mas são necessárias políticas públicas e instrumentos diferenciados que permitam aos menores, em especial aos agricultores familiares, a inserção competitiva nas cadeias de valor.
- Nos países, coexistem agricultores familiares de subsistência, de transição e consolidados. Os que enfrentam maiores dificuldades são os do primeiro grupo. Os três tipos têm possibilidades de desenvolvimento, levando-se em conta que a demanda crescente de alimentos abriu oportunidades para todos eles.

Sob a perspectiva da gestão do risco e da resiliência:

- O risco inclui as ameaças provocadas pelos eventos climáticos e pelos fatores de vulnerabilidade dos sistemas produtivos.
- A redução da vulnerabilidade pertence tanto à pesquisa científica como à política pública.
- Alguns dos elementos-chave que devem ser considerados em uma estratégia de resiliência são: proteger os recursos naturais; valorizar os serviços ecossistêmicos; constituir sistemas de informação e suporte para a tomada de decisões no âmbito das políticas públicas e no nível empresarial; democratizar o acesso à informação; reforçar a infraestrutura para a coleta de água e irrigação; disponibilizar ferramentas financeiras de gestão de risco aos pequenos produtores; e fortalecer os arranjos institucionais com instrumentos diferenciados por tipo de produtor.

Como responsável por políticas públicas no Uruguai:

- Sob uma perspectiva holística, a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental devem ser vistas como as duas faces da mesma moeda. Ressaltou a importância de práticas agrícolas produtivas que promovam a recuperação dos solos degradados, a manutenção da sua capacidade de reter a água e a conservação da sanidade dos cultivos; tudo isso influi na segurança alimentar, no desenvolvimento rural e na construção de resiliência.

- No Uruguai, foram implementadas políticas com essa finalidade. Por exemplo, a agricultura é regulada mediante a apresentação de planos de cultivo, nos quais se pede aos produtores que o cultivo escolhido esteja de acordo com a sua capacidade produtiva. A segunda política promove a criação de um seguro por índices para o setor pecuarista, o que evita indenizações custosas.

A palestrante *Jessica Mahalingappa*, do Serviço de Inspeção de Saúde Animal e Sanidade Vegetal (APHIS) do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), relatou as experiências do seu país e da colaboração internacional sob a perspectiva da sanidade agropecuária:

- As pragas e as doenças afetam também os pequenos produtores.
- Quando surgem, tornam-se necessários planos de apoio direto que incluam respostas de emergência e campanhas de capacitação.
- É preciso uma abordagem conjunta. O APHIS/USDA trabalha com o IICA para levar a cabo programas de combate a pragas e doenças, a fim de que não afetem negativamente o comércio ou o bem-estar dos produtores.

O palestrante *Armando Paredes*, Diretor da Agroindustrias APAL S.A. do México, expôs as suas opiniões sob a perspectiva do setor privado do México:

- É necessário dispor de políticas diferenciadas para a agricultura comercial e para a pequena agricultura. Para se resolver os problemas enfrentados pela pequena agricultura, faz-se necessária, além da participação dos ministérios da agricultura, a de outros ministérios ou secretarias de governo.
- Nos países, produtores de alta rentabilidade coexistem com pequenos agricultores de escassas receitas e grande potencial produtivo e com produtores de subsistência de baixos níveis de rentabilidade, devido a cultivos não adaptados às suas terras. Esse problema justifica a aplicação de políticas de reconversão produtiva.
- Os produtores de subsistência precisam de políticas específicas de reconversão produtiva de longo prazo, que vão além dos períodos de uma administração governamental.
- A agricultura de transição requer certeza jurídica e política.
- As políticas transversais podem beneficiar os diversos tipos de produtores; uma dessas políticas é a promoção da concorrência nos serviços financeiros e na comercialização de insumos, a fim de baratear os custos.
- A agricultura é intensiva em capital, mas o seu investimento é marginal, em comparação com o de outros setores da economia.
- Existem ferramentas financeiras que garantem segurança aos que investem na agricultura intermediária e comercial, como é o caso dos *trusts* familiares de investimento em bens raízes do México, que permitem a compra de terra para o

produtor se capitalizar. Isso pode representar uma oportunidade de crescimento para os dois tipos de agricultura.

- É necessária uma estrutura jurídica adequada que promova o investimento na pequena e na média agricultura e a sua integração aos mercados.
- Além da inovação e da pesquisa, deve-se promover o acesso às tecnologias da informação e comunicação (TIC), como a internet, a fim de levar o conhecimento e a informação a todos os produtores.

O palestrante *Julio Berdegué*, do Centro Latino-Americano de Desenvolvimento Rural (RIMISP), focou a sua resposta no peso real da agricultura familiar:

- A América Latina é fundamentalmente uma região de agricultores familiares. Os pequenos produtores representam aproximadamente 85% do total de produtores.
- As estratégias, as políticas e a grande maioria dos instrumentos voltados para o desenvolvimento da agricultura familiar são conhecidas e se sabe que funcionam. Por que, então, não se alcança esse desenvolvimento?
- É importante determinar por que não se implementam agendas de desenvolvimento da competitividade da pequena agricultura e quais são os atores que as apoiariam.
- Deve-se fazer um esforço maior para apoiar os agricultores familiares, pois só 20% deles recebem apoio integral. Deve-se oferecer a eles todos os bens e serviços de qualidade, em vez de gastar até 80% em transferências privadas.
- Os orçamentos públicos devem ser reestruturados, para que, em vez de transferências, contemplem recursos para a geração de bens públicos em áreas como educação e capacitação, TIC e infraestrutura viária.

O palestrante *José María Sumpsi*, da Universidade Politécnica de Madrid, abordou os seguintes temas:

- Numerosos estudos indicam que a estrutura dual da agricultura na América Latina tende a desaparecer. Entre os extremos do pequeno campesinato de subsistência e a agricultura comercial emerge um setor intermediário que se poderia denominar de “a terceira via”, com produtores parcial ou totalmente inseridos no mercado e que constituem uma agricultura familiar mais especializada e com mais inclusão e segurança. Esse último grupo é o segmento em que a política pública deveria se focar.
- A agricultura de subsistência encontra-se ainda em territórios muito desarticulados, vulneráveis e remotos, com altos índices de pobreza e exclusão. Neles, esses problemas não devem ser enfrentados pelos ministérios da agricultura, mas pelos ministérios de bem-estar social, embora evidentemente haja um componente produtivo que deve ser considerado. A solução está em que a política pública consiga vincular os sistemas de ajuda social e alívio à pobreza aos mecanismos e instrumentos de fomento produtivo. Portanto, na agricultura de subsistência os ministérios da

- agricultura devem desempenhar apenas uma função de acompanhamento, e não atuar como ministério principal para resolver os problemas do segmento.
- Quanto ao segmento da agricultura comercial, é pouco o que a política pública pode fazer. Nele predominam explorações agrícolas muito produtivas, sendo a contribuição do setor público orientada basicamente para a prestação de serviços e bens públicos em áreas como a divulgação de informações, o fomento das exportações e a gestão do risco sanitário e do mercado.
 - A política pública deve concentrar-se em favorecer o segmento intermediário, mediante políticas e instrumentos nas áreas da assistência técnica, da extensão agrária, do acesso a crédito, da gestão do risco, do incentivo à associatividade, do acesso a mercados, dos seguros etc.
 - Se se sabe o que deve ser feito para desenvolver a agricultura familiar, por que não se faz? Uma possível resposta é a descontinuidade da aplicação da política pública agrária na América Latina. Para se ter êxito, é preciso que a política agrária seja aplicada de forma contínua; por exemplo, a política agrária europeia atual tem um horizonte temporal de aplicação que vai de 2014 a 2020.

Pergunta 2: Como aumentar a produtividade global do hemisfério? Como fazê-lo trabalhando juntos?

Tabaré Aguerre

- Partindo da diversidade climática e de um enfoque exportador, é preciso ter a capacidade de identificar os interesses comuns a todos os países e as áreas em que esses podem trabalhar cooperativamente, para que o IICA possa desempenhar um papel relevante.
- Para promover a intensificação sustentável da produtividade, é essencial a geração de bens públicos regionais em áreas como a sanidade agropecuária. Outro aspecto fundamental que deve ser levado em conta no âmbito regional ao se promover a produtividade é a responsabilidade com os recursos naturais, o que deve visar a conservação de paisagens e bacias hidrográficas.
- A agricultura é uma grande oportunidade para a construção da prosperidade, sendo necessário, portanto, atrair investimentos para o setor; para isso, deve-se demonstrar que a atividade é rentável e fortalecer a sua inserção no comércio internacional.
- Em matéria de gestão do risco, não é conveniente olhar só da fronteira para dentro. Alguns fenômenos, como secas e inundações, podem afetar simultaneamente diversos países, o que dá sentido à construção de instrumentos de gestão do risco no âmbito regional.
- Outras áreas relevantes que devem ser consideradas para se aumentar a produtividade global no continente como um todo são a redução ou a mitigação de riscos, os alertas

antecipados, as boas práticas agrícolas, a transferência de riscos, a resposta rápida a emergências e o intercâmbio de informações.

Jessica Mahalingappa

- Na área de sanidade agropecuária, há doenças pontuais que devem ser atacadas pela região como um todo, e não por cada país individualmente. São 20 anos de trabalho bem-sucedido nessa área, graças ao empenho entre fronteiras, e não de cada país individualmente, como demonstraram os excelentes resultados dos programas contra a febre aftosa e a larva da mosca-do-berne.
- No que se refere ao tema da inovação, destacou a importância de se dispor de políticas comuns para a transformação das Américas na região líder no mundo em políticas compartilhadas em temas como biotecnologia, inovação e mudança climática.
- Outras áreas relevantes em que se devem realizar ações conjuntas são o combate a pragas e doenças em zonas fronteiriças e o desenho de políticas comuns.

O representante das Bahamas chamou a atenção dos palestrantes para o fato de que a maioria das suas intervenções se orientava para a América Latina, em que os desafios diferem daqueles enfrentados pelo Caribe. Declarou que muitos agricultores do Caribe vêm enfrentando processos de exclusão competitiva e que alguns países dessa região perderam o tratamento preferencial no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). Diante disso, é de suma importância promover a inclusão competitiva dos agricultores caribenhos, para o que solicitou o apoio do IICA.

Armando Paredes

- Os países da região podem trabalhar colaborativamente nas seguintes áreas:
 - o Tecnologias de irrigação, que têm um impacto significativo na produtividade e no meio ambiente.
 - o Insumos competitivos, para o que é conveniente incentivar a concorrência no mercado.
 - o Intercâmbio de conhecimentos e recursos genéticos.
 - o Identificação e intercâmbio de tecnologias.
 - o Homologação de normas. É preciso zelar pelo cumprimento de normas no âmbito continental, a fim de se evitar descuidos que afetem sensivelmente o comércio.
 - o Identificação e aproveitamento das vantagens dos tratados de livre comércio.
 - o Sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos.

- Políticas para o fortalecimento do papel do setor privado, que investe em tecnologia para melhorar a produtividade e apoia a pequena agricultura com tecnologias inovadoras.
- Estratégias de valorização e posicionamento da agricultura, a fim de que esta seja considerada como um setor em que vale a pena investir.

Julio Berdegú

- Não existem problemas graves nas áreas de informação, conhecimento e serviços. É grande o número de acordos comerciais, os ministros da agricultura sabem o que os seus colegas fazem em matéria sanitária, os alunos viajam para estudar em outros países e o acesso a informações pela internet é imediato. O IICA é um organismo que facilita esse tipo de processos.
- A América Latina tem três dos principais centros de pesquisa do mundo: o Centro Internacional de Melhoria de Milho e Trigo (CIMMYT), o Centro Internacional de Agricultura Tropical (CIAT) e o Centro Internacional da Batata (CIP), além da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Essas quatro instituições não são devidamente aproveitadas.
- É necessário definir as ações a serem realizadas na região para que a EMBRAPA possa ser mais útil.

José María Sumpsi

- A construção de uma agenda regional é um processo complexo, pois a realidade dos países é muito diversificada.
- São cinco os aspectos relevantes que devem ser considerados na ação colaborativa: a) desenvolvimento de informações e espaços para a consolidação de redes e observatórios regionais; b) saúde animal, sanidade vegetal e inocuidade, áreas em que a proposta apresentada pela Ministra da Agricultura do Brasil nesta reunião é uma excelente opção; c) criação de um sistema de preços agrários e de mercado para a América Latina; d) construção de um sistema institucional regional de pesquisa e inovação a partir dos mecanismos já existentes; e e) obtenção de uma posição comum a todos os países da América Latina com relação à mudança climática e à agricultura e à implementação de uma iniciativa regional nessa área.

Perguntas 3 e 4: Em que medida se podem implementar mudanças tecnológicas em pequenos lotes e como isso pode beneficiar a produtividade? Qual é a sua opinião sobre o financiamento dos bancos privados ao setor primário?

Tabaré Aguerre

- É preciso desenvolver sistemas tecnológicos que permitam o aumento da produtividade e a promoção da sustentabilidade, que dependerão necessariamente da escala dos produtores.
- Por razões de escala, pode acontecer que um produtor não consiga viver exclusivamente da atividade agrícola, o que não o qualifica nem desqualifica como produtor, mas o transforma em beneficiário de políticas públicas com enfoque diferenciado, as quais consideram aspectos como a geração e transferência de conhecimento e o financiamento.
- O financiamento privado guarda relação com a rentabilidade da atividade agrícola, com a transparência de mercado e com a existência de mecanismos eficientes de formação de preços.
- É mais fácil conseguir financiamento quando se quantifica o risco e existem instrumentos para a sua gestão.
- A agricultura pode ser considerada como uma atividade de segunda categoria, dado o seu baixo posicionamento. É necessário divulgar informações que permitam reposicioná-la, demonstrando que a sua importância vai além da sua contribuição para a segurança alimentar.
- É preciso reverter a visão paradigmática negativa da atividade agrícola em todos os âmbitos, inclusive no financeiro.
- Os objetivos propostos para o desenvolvimento agrícola e rural não poderão ser cumpridos com financiamento proveniente unicamente do setor público ou do setor privado.

Jessica Mahalingappa

- Será difícil as mudanças tecnológicas chegarem aos pequenos produtores se as iniciativas de inovação tecnológica pertencem ao setor privado; por isso, é importante o papel do setor público para que essas mudanças alcancem os produtores. Aqui, a educação tem um papel fundamental, pois permite que os produtores aprendam a utilizar as novas tecnologias, o que poderia ser contemplado no âmbito de um plano de longo prazo.
- O setor público pode desempenhar um papel relevante na eliminação da exclusão social, pois promove a incorporação de mulheres e jovens nos processos socioprodutivos. Não se devem oferecer recursos apenas para a educação primária e secundária, mas também para a universitária, pois é neste nível que se desenvolvem as novas tecnologias.
- Quanto ao tema do financiamento, é fundamental que os setores público e privado invistam recursos para que as pessoas não percam os seus meios de subsistência,

porque, como o representante das Bahamas ressaltou, existem grandes diferenças entre os países no volume de investimentos voltados para a agricultura.

Armando Paredes

- É grande o número de tecnologias que podem ser disponibilizadas para os pequenos produtores, mas o maior desafio é como se organizar para fazer isso. Também se devem considerar os aspectos demográficos, como o fato de que muitos jovens envolvidos na agricultura tomam a decisão de se dedicar a outras atividades.
- Um modelo que poderia ser adotado para essa finalidade é o aproveitamento de alunos de universidades e institutos de pesquisa, como se faz no sistema de saúde do México, no qual estudantes de medicina fazem pelo menos dois anos de estágio nos centros de saúde. Isso poderia ser replicado com os estudantes de agronomia das universidades.
- O pequeno produtor não tem acesso a mecanismos de cobertura de preços nas bolsas nem a seguros, devido ao custo elevado; é necessário, portanto, pensar em mecanismos que lhes permitam ter acesso a esses instrumentos financeiros que diminuem os seus riscos.
- A razão pela qual o setor bancário comercial não oferece financiamento a atividades do setor agrícola está nos riscos e nos altos custos. Neste sentido, uma das políticas que se poderia aplicar é promover uma concorrência maior mediante o desenvolvimento do banco de nicho.
- Em muitos casos, não existe financiamento formal, mas agiotas que cobram juros elevados, e em alguns países as estruturas jurídicas são frágeis. Convém avaliar esses dois problemas e procurar soluções para eles, a fim de se assegurar financiamento para o setor.

Julio Berdegué

- Em países em que se observam processos maciços de adoção tecnológica, os produtores têm acesso a diversos serviços, como assistência técnica, capacitação, apoio à gestão da pós-colheita, certificação, comercialização, acesso a mercados, financiamento e, em alguns casos, acesso a tecnologias de irrigação.
- O problema é que, com algumas exceções, os programas que oferecem esses serviços são executados de forma desarticulada, o que impede que o agricultor receba o conjunto integral dos serviços.
- Não convém deixar tudo nas mãos do setor privado. Embora desde os anos 90 tenham sido desenvolvidas ações público-privadas na América Latina e o setor privado ainda continue atendendo aos pequenos produtores, a ação do setor público é fundamental.

José María Sumpsi

- Em geral, não há impedimentos de escala (por exemplo, o tamanho dos lotes) para que o pequeno produtor incorpore o uso de novas tecnologias. O problema é o pouco estímulo que lhe é oferecido para adotar essas tecnologias.
- Os sistemas de irrigação e de coleta de água têm efeitos altamente favoráveis para o aumento da produtividade e a proteção do meio ambiente, podendo ser de grande utilidade para os países do Caribe diante dos problemas de insuficiência de água que enfrentam.
- Como não convém aos bancos privados assumir os riscos existentes na agricultura, nesse setor o financiamento do setor público se torna imprescindível.

Diálogo e comentários dos chefes de delegação

O Diretor-Geral do IICA agradeceu os palestrantes e abriu espaço aos comentários dos ministros e chefes de delegação.

A representante do Brasil agradeceu os palestrantes pela acolhida a sua proposta de integração de um grupo regional em sanidade agropecuária e manifestou que tudo o que foi dito refletia também a realidade do Brasil. Destacou que, 40 anos atrás, o seu país era um importador líquido de alimentos e que o seu único produto de exportação era o café; foi então que se tomou a decisão política de melhorar a situação da agricultura.

Relatou que a primeira medida contemplada foi a criação da EMBRAPA, a fim de suprir a falta de variedades e opções tecnológicas para toda a zona tropical do país. Além disso, estabeleceu-se um modelo de pesquisa baseado nas necessidades e nas demandas das diferentes carteiras de produtos.

No que diz respeito aos pequenos produtores, considerou os seus problemas semelhantes aos dos grandes produtores, além da grande instabilidade nos serviços que lhes são oferecidos. Explicou que, para superar o atraso dos produtores rurais na sua incorporação à classe média, o Brasil implantará, a partir de 2016, o Programa de Oportunidades mediante uma lei agrícola quinquenal que promoverá a universalização dos serviços. Informou que esse programa dará forte ênfase à capacitação, ao crédito (com uma carteira de US\$15 milhões), a medidas para superar as dificuldades dos mercados e, particularmente, à promoção da associatividade e das cooperativas.

Por último, manifestou a sua vontade de propor a criação do LABEX (laboratório virtual da EMBRAPA) para a América Latina e o Caribe, para que os países da região possam se beneficiar com as pesquisas, as informações e as tecnologias desenvolvidas pela

EMBRAPA. Lembrou que, para os pequenos produtores serem beneficiados, é preciso adequar o desenho das tecnologias às suas condições e necessidades.

O representante do Panamá compartilhou a experiência do seu país na implementação de um sistema de financiamento da agricultura com a utilização dos bancos privados, o qual pode ser de interesse para outros países, embora não se devam esquecer as diferenças existentes entre as nações da ALC. No Panamá, ressaltou, 48% do financiamento agropecuário é feito por meio dos bancos privados. Explicou que se criou a taxa de 1% sobre todos os empréstimos comerciais e que os recursos assim captados são destinados ao financiamento do banco agropecuário. Acrescentou que 50% desses recursos subsidiam os bancos que emprestam ao setor agropecuário a taxas de juro menores; assim, quando a taxa de juros está em torno de 7%, o produtor paga apenas 3%.

Observou que o sistema de financiamento conseguiu interessar o setor privado na agricultura. Acrescentou que, para implementá-lo, foi fundamental a vontade política, que se traduziu na regulamentação das importações. Afirmou que também foram estabelecidos os requisitos a que os produtores devem atender, como ter seguro agropecuário e a certificação de que a atividade financiada é viável nas terras que eles cultivam. Destacou que os produtores que utilizam sistemas de irrigação ou que produzem em estufa podem ter as taxas de juros zeradas. Concluiu ressaltando que a implementação do sistema de financiamento agrícola aumentou de maneira significativa a produtividade.

O representante da Costa Rica destacou a relevância dos temas tratados neste foro e afirmou que a iniciativa “4x1000” é fundamental para se enfrentar os desafios da mudança climática e aumentar a produtividade. Em seguida, agradeceu o oferecimento da representante do Brasil de compartilhar o corpo de pesquisas da EMBRAPA. Informou que, no âmbito do Sistema de Integração Centro-Americana (SICA), o Conselho Agropecuário Centro-Americano (CAC) tomou a decisão de fazer uma declaração conjunta sobre a agricultura climaticamente inteligente a ser levada à Vigésima Primeira Conferência das Partes (COP-21) da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática (CMNUCC). Acrescentou que essa declaração está sendo redigida com o apoio do IICA, do Organismo Internacional Regional de Sanidade Agropecuária (OIRSA), da Organização do Setor Pesqueiro e Aquícola do Istmo Centro-Americano (OSPESCA), do Centro Agrônomo Tropical de Pesquisa e Ensino (CATIE) e de outros organismos, e convidou os demais países a participar dessa iniciativa.

O representante da República Dominicana destacou que a associatividade é um elemento-chave para a melhoria do bem-estar e o aumento das possibilidades de que os jovens permaneçam no campo, em vez de migrar para a cidade. Compartilhou, como exemplo, o caso da cooperativa arroseira de que ele faz parte, que alcançou autossuficiência

financeira, ofereceu seguros de vida e de saúde e ajudou a melhorar o processamento do produto em benefício do consumidor.

Afirmou que os seguros agropecuários são particularmente importantes em um país com frequentes ciclones, tornados e secas, como é o caso da República Dominicana. Como os bancos privados não oferecem financiamento aos pequenos produtores devido aos riscos elevados, considerou ser necessária a criação de ferramentas públicas que promovam o seu acesso a financiamento e seguro. Explicou que essa ação promoverá a permanência desses produtores e dos seus filhos no meio rural.

Considerou que os acordos comerciais devem ser revistos periodicamente, para se assegurar que continuem sendo benéficos tanto para os países pequenos como para os grandes.

O representante do México ressaltou a transcendência do tema da alimentação, ao qual não se dá a sua verdadeira importância. Considerou que não existe uma consciência social proporcional ao desafio de se alimentar uma população que cresce continuamente.

O representante da Argentina se referiu à pesquisa, à extensão e à transferência de tecnologia, áreas em que são de suma importância mecanismos de articulação, diálogo e intercâmbio de experiências, como o Programa Cooperativo para o Desenvolvimento Tecnológico Agroalimentar do Cone Sul (PROCISUR). Acrescentou que a desarticulação dos esforços em pesquisa, extensão e transferência tecnológica limita a adoção, por parte dos produtores, de tecnologias que os ajudariam a melhorar os processos de transformação produtiva.

Manifestou a sua opinião de que se deve enfatizar mais a produção de alimentos processados, área em que o continente americano tem enorme capacidade. Para isso, é de suma importância dispor de ferramentas que promovam a agregação de valor e a eficiência dos processos de transformação da produção primária.

Em seguida, ressaltou a relevância do financiamento para o setor produtivo, mas destacou que também é muito importante que os programas de pesquisa agropecuária disponham de recursos, o que constitui uma grande dívida na maioria dos países do continente.

Afirmou a sua concordância com a representante do Brasil sobre a necessidade de pesquisa baseada nas necessidades e nas demandas, como fazem o Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA) da Argentina e os seus cinco centros regionais de pesquisa agropecuária, focados no desenho de soluções segundo as demandas.

Concordou com o senhor Paredes quanto à relevância da organização dos produtores, pois os processos de transformação produtiva dependem da existência de organizações de produtores que lhes permitam integrar-se a certos elos do processo de comercialização.

Concluindo, afirmou que as limitações para aumentar a produtividade agrícola têm as suas raízes especialmente na falta de mecanismos e ferramentas que permitam aos produtores a adoção das tecnologias e dos conhecimentos disponíveis, bem como no pouco aproveitamento dos recursos existentes.

O representante da Nicarágua informou que, no seu país, o setor agropecuário produz 9 milhões de maçãs e tem 262 mil produtores, dos quais 75% são pequenos produtores que asseguram 60% dos produtos para o consumo nacional, e que o setor agropecuário gera perto de 19% do PIB.

Destacou que o governo nicaraguense estabeleceu uma política nacional de diálogo e consenso para aumentar a produtividade agrícola mediante a articulação de todos os esforços para um só fim, dos quais participam os diferentes atores do setor agropecuário. Acrescentou que essa política permitiu o conhecimento das técnicas utilizadas pelos produtores e a criação da Escola Técnica no Campo, da qual participam 15 mil famílias. Além disso, ressaltou, a Nicarágua tem um programa nacional de gestão do risco orientado para os pequenos produtores, do qual os bancos privados participam.

Explicou que esse esquema de trabalho permitiu o aumento da produtividade dos cultivos, o crescimento significativo do rebanho de gado e a solução dos problemas na área de comercialização e acesso a mercados. Destacou como um fator positivo para a agricultura do seu país a presença de três zonas agroclimáticas: um corredor seco, uma zona úmida e uma zona úmida intermediária. Para finalizar, afirmou que se deve continuar incentivando a produtividade agrícola mediante o uso de tecnologias, da educação e da melhoria das sementes, entre outros aspectos.

A representante do Haiti afirmou que, da mesma forma que muitas outras nações, o seu país enfrenta desafios para melhorar a produtividade agrícola e que tem obtido resultados positivos graças ao relacionamento estabelecido com a EMBRAPA.

O representante dos Estados Unidos da América destacou a importância da contribuição que o IICA pode oferecer aos países para enfrentar os grandes desafios do setor, como o crescimento da população que deve ser alimentada, a escassez dos recursos, o impacto da mudança climática e o consumo de energia. Observou que, para melhorar a produtividade, são necessárias tecnologias inovadoras e políticas ambientais sustentáveis fundamentadas na ciência. Acrescentou que também é preciso dispor da colaboração dos atores-chave do setor, melhorar a resiliência climática e gerar informações pertinentes

que possam ser utilizadas para melhorar as práticas agrícolas e a conservação do meio ambiente.

Explicou que se deve trabalhar colaborativamente para resolver os problemas globais e que se devem aplicar medidas que permitam a redução das perdas dos produtos agrícolas, pois estas acarretam o aumento dos dejetos que afetam o meio ambiente com a emissão de gás metano. Observou que, para melhorar a produtividade agropecuária, os países devem aplicar as lições aprendidas, trabalhar em conjunto pela segurança alimentar e apoiar-se no IICA para alcançar melhorias de impacto. Em seguida, ofereceu a colaboração do seu país como parceiro na busca por um desenvolvimento sustentável, pela melhoria da produtividade e pela gestão da mudança climática, entre outros aspectos. Destacou que o trabalho conjunto permitirá maior produção e mais alimento para todos. Concluiu destacando que, no caminho do produtor ao consumidor, perdem-se em média 30% dos alimentos produzidos e que, para se enfrentar a demanda atual e futura de alimentos, é fundamental reduzir essas perdas.

O Diretor-Geral do IICA agradeceu o representante dos Estados Unidos da América pelo seu apoio ao Instituto. Reforçou que o aumento alcançado na produtividade é parcialmente anulado pela perda de alimentos.

O representante do Canadá coincidiu em que a inovação é um fator fundamental para o aumento da produtividade, como os palestrantes demonstraram. Exemplo disso, destacou, é uma nova variedade de trigo que permitiu o aumento da produtividade e das receitas fiscais em 20%. Fez um apelo ao compartilhamento de informações, ao intercâmbio de boas práticas, à promoção da inovação, ao cumprimento das normas e ao fomento do comércio agrícola mundial aberto, regido por normas baseadas na ciência, como ferramentas para reduzir as perdas de alimentos e o impacto da agricultura sobre o meio ambiente. Ressaltou o potencial sustentável da inovação e do comércio para alimentar a população em crescimento. Ofereceu o compartilhamento das experiências dos *science clusters* canadenses e reiterou o compromisso do seu país de trabalhar em conjunto com o IICA.

O palestrante Julio Berdegú opinou que as intervenções dos representantes trouxeram à tona temas de uma agenda comum para o século XXI em torno da mudança climática, da inovação, da produtividade e da perda de alimentos, entre outros. Observou que os ministérios da agricultura têm dificuldade em abordar essa agenda, oportunidade que o IICA poderia aproveitar para promover as reformas, o fortalecimento institucional e o desenvolvimento das capacidades requeridas para essa finalidade.

O palestrante Armando Paredes observou que o IICA pode ser uma instância articuladora e transmissora de experiências e prestar assistência nas agendas comuns, como as que

derivam do Acordo de Livre Comércio Ásia-Pacífico. A sua expectativa é de que os países membros honrem os compromissos com o IICA, o que lhe permitirá executar ações nos países. Afirmou ser necessário explicar para a população os esforços exigidos pela produção de alimentos e obter maior apoio para os ministérios da agricultura.

A palestrante Jessica Mahalingappa valorizou o reconhecimento da importância dos temas da sanidade agropecuária. Reconheceu a magnitude dos desafios enfrentados e que é um bom começo estar a par das ideias sobre como enfrentá-los. A seu ver, o entorno mutável e a concorrência reforçarão a necessidade de inovação. Afirmou que o trabalho conjunto, moldado em uma visão comum, aumenta a possibilidade de inovação, inclusão dos pequenos produtores e crescimento das classes médias.

O palestrante Tabaré Aguerre destacou algumas ideias de importância que emergiram dos comentários e merecem atenção:

- A agricultura é uma atividade estratégica, sendo importante tornar complementares a produção e o comércio, com base em vantagens competitivas e comparativas.
- Devem-se promover a produtividade e o comércio agrícola, sendo necessário, para isso, promover a inovação tecnológica e, especialmente, transferir conhecimentos e tecnologias aos produtores. Na pesquisa, investe-se dinheiro para gerar conhecimentos e, na inovação, investe-se conhecimento para gerar dinheiro.
- É fundamental incentivar a intensificação sustentável da agricultura, devendo-se levar em conta os seguintes aspectos:
 - o Uso sustentável do solo. O solo tem vida e os pastos e a vegetação são fundamentais para a fixação do carbono.
 - o Gestão sustentável e racional da água.
 - o Adaptação dos sistemas produtivos à variabilidade climática por meio do conhecimento, da inovação, da gestão do risco, da capacitação e da divulgação de tecnologias. Em matéria de acordos ambientais globais, deve haver obrigações diferenciadas entre países.
 - o Agricultura familiar. Este é um componente estratégico do desenvolvimento rural. Deve ter políticas públicas diferenciadas para promover a inserção dos agricultores familiares nos mercados, fortalecer as instituições que atendem à agricultura familiar e potencializar o empoderamento da população rural.
 - o Articulação interinstitucional público-privada para a produção de bens públicos institucionais. Nesse campo, deve-se ressaltar a importância de instituições como o IICA para ajudar os países a identificar necessidades e definir agendas hemisféricas, regionais, nacionais e territoriais. Deu como exemplo as prioridades definidas pelo Conselho Agropecuário do Sul (CAS) para a criação conjunta de bens públicos regionais em temas de SAIA, agricultura familiar e outros. Avaliou

que, embora as necessidades sejam diversas em diferentes regiões e países, o enfoque é adequado.

O palestrante José María Sumpsi deu ênfase a quatro aspectos:

- Há espaço para que os países trabalhem cooperativamente no tema da pesquisa + desenvolvimento + inovação (P+D+i). Diversos esquemas (EMBRAPA, cooperação Sul-Sul, *clusters*) complementares precisam ser discutidos e avaliados para a consolidação de um sistema regional de P+D+i. Ressaltou a importância das transferências tecnológicas, da organização (associatividade) dos produtores e das práticas agrárias.
- No âmbito institucional, são necessárias políticas agrárias estáveis que se apliquem de forma contínua no tempo, especialmente aquelas voltadas para a agricultura familiar, como mostram países como o Brasil, que obtiveram bons resultados nessa área.
- A mudança climática revolucionará o financiamento da agricultura, pois boa parte dos recursos será direcionada ao financiamento de intervenções para se alcançar a adaptação a esse fenômeno e mitigar os efeitos da mudança climática. Para isso, é preciso modernizar as instituições e ter nos ministérios da agricultura profissionais com capacidades e conhecimentos nesses campos.
- Esses ministérios devem forjar mudanças na sua relação com as agências técnicas e financeiras, para que estas definam prioridades e agendas comuns e de longo prazo, nas quais concentrem o apoio oferecido aos países. Para isso, as agências devem empreender a reorganização de suas prioridades, financiamentos e recursos humanos. Em sua opinião, a reforma do IICA para concentrar a sua cooperação nos temas dos quatro projetos insígnia e em sanidade agropecuária é um exemplo disso. Finalmente, incentivou os ministros a apoiar essa reforma e contribuir para que o Instituto esteja em melhores condições de oferecer bens públicos hemisféricos, plurinacionais e nacionais.

O representante da Guatemala agradeceu o Governo do México pela organização desse evento. Comentou que, em março de 2015, o CAC aprovou o reposicionamento da Estratégia Centro-Americana de Desenvolvimento Rural Territorial (ECADERT) no Sistema da Integração Centro-Americana (SICA), com vistas a fortalecer a abordagem intersetorial na sua implementação, o que foi acolhido pela Cúpula de Presidentes do SICA. Destacou que esse instrumento, para além do setor agropecuário, abrange temas relacionados com o desenvolvimento rural em matéria de saúde, educação, aspectos culturais e infraestrutura. Comentou que está prevista a realização da Terceira Semana de Desenvolvimento Rural Territorial dos países membros do SICA, em La Antigua, Guatemala, de 23 a 25 de novembro de 2015, com o apoio da atual presidência *Pro Tempore* do CAC, exercida pelo Ministro da Agricultura e Pecuária de El Salvador e do

IICA, e dirigiu um convite cordial aos senhores ministros a que participem dessa atividade.

Explicou que, no seu país, o setor agropecuário enfatiza cinco eixos que giram em torno da agricultura familiar, com enfoque no desenvolvimento rural territorial: a) o sistema nacional de extensão rural; b) a reserva estratégica de alimentos; c) a mudança climática; d) a promoção da irrigação; e e) o fortalecimento das cadeias produtivas. Explicou que, na Guatemala, existem quatro modalidades de agricultura – de infrassubsistência, de subsistência, de produção excedente e de produção comercial – com o conseqüente desafio de ser preciso impulsionar o desenvolvimento das quatro modalidades paulatinamente. Para finalizar, destacou a importância que no seu país se conferiu à articulação do setor público agrícola, o que permitiu o aumento da eficácia das suas ações.

O representante das Bahamas afirmou que tem a esperança de que o seu país ganhe a oportunidade de sediar um foro técnico como o que foi realizado nesta reunião. Observou que as Bahamas estão dando os primeiros passos na agricultura e que as informações recebidas no foro e as discussões foram muito valiosas para os interesses do seu país.

Destacou que as Bahamas têm uma população aproximada de 350 mil habitantes e recebe cerca de 8 milhões de turistas anualmente, sendo o turismo o setor que sustenta a economia do país. Como conseqüência, o problema alimentar é transcendental, pois as Bahamas não podem produzir os seus alimentos e importam 90% do que consomem. Destacou que o mais preocupante é a existência de países que ainda subsidiam a agricultura, o que provoca um desequilíbrio econômico para os produtores de países como as Bahamas e outros do Caribe.

Observou que o seu país enfrenta outros dois problemas: a) os altos custos do transporte entre os países caribenhos, o que torna mais econômico para os produtores do seu país exportar para Miami do que para outros destinos da região; e b) os desastres provocados por fenômenos climáticos, como os furacões, que com frequência devastam a economia do país e são a razão pela qual as companhias seguradoras não oferecem serviços de seguros para as colheitas dos seus produtores. Por último, agradeceu o IICA e o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Agrícola do Caribe (CARDI) pelo apoio oferecido às Bahamas mediante ações em prol da agricultura e instou os países desenvolvidos a que invistam no seu país, onde o clima permite produzir o ano todo.

O Diretor-Geral do IICA agradeceu a intervenção do representante das Bahamas, que destacou o espírito da reunião, que é a busca de soluções para os problemas agrícolas enfrentados pelos Estados membros. Ressaltou a realidade de que os países do Caribe são muito vulneráveis, da mesma forma que, embora em menor grau, os da América Central.

Acrescentou que na reunião surgiram algumas propostas que terão de ser consideradas para se chegar a uma solução, o que o IICA poderá fazer com os países. Concluiu ressaltando que a prosperidade deve ser alcançada por todos os países, o que exige o aumento dos esforços orientados para essa finalidade.

O Diretor Emérito, Chelston Brathwaite, agradeceu a oportunidade que lhe foi oferecida de participar de reuniões tão importantes. Propôs ao Diretor-Geral a observação de um minuto de silêncio em memória de Francisco Morillo, Diretor-Geral do IICA no período 1982-1986, falecido recentemente, que deixou um legado muito grande na sua passagem pelo IICA. A moção foi aceita e se procedeu à observação do minuto de silêncio.

Em seguida, ele se referiu ao documento técnico apresentado e às discussões realizadas no foro técnico, das quais se podem extrair valiosas ideias para a tomada de decisões futuras. Destacou que, na busca de soluções para a segurança alimentar, é importante prestar atenção a cultivos menores, e que outros temas de relevância atual são a saúde, a nutrição, a mudança climática e a preservação do meio ambiente. Daí a importância da próxima reunião do COP-21, a realizar-se proximamente na França, na qual se espera conseguir um tratado universal relativo à mudança climática. Por último, destacou que o IICA pode apoiar os esforços dos países para levar a esse evento uma posição regional, com uma mensagem-chave sobre meio ambiente e mudança climática.

Conclusões do foro

O Diretor-Geral do IICA procedeu à leitura dos aspectos importantes do foro técnico, lembrando que se trata de anotações preliminares:

- É importante diferenciar políticas e instrumentos para a agricultura familiar.
- A agricultura familiar é um elemento estratégico do desenvolvimento rural, mas não o único fator relevante, pois o desenvolvimento rural vai além dela.
- Devem-se desenvolver políticas públicas que apoiem o financiamento para os produtores por meio de esforços articulados entre os setores público e privado.
- Urge reavaliar a importância da agricultura, a fim de se ressaltar a sua contribuição para a segurança alimentar e as suas outras grandes contribuições para a economia em geral.
- É necessário construir conhecimentos orientados para as necessidades e as realidades específicas dos países e canalizá-los para os atores-chave.
- É importante gerar bens públicos regionais e globais em diferentes âmbitos temáticos para fortalecer a agricultura familiar.
- O setor público desempenha um papel importante para garantir que as novas tecnologias cheguem aos pequenos produtores.

- Devem-se definir novas formas de organização que permitam levar as novas tecnologias aos pequenos produtores e tornar a produção mais eficiente.
- É necessário considerar fatores demográficos e de migração enfrentados pela agricultura, inclusive a forte tendência de os jovens migrarem do campo para a cidade.
- Convém criar plataformas com universidades que forneçam os recursos humanos para atender às necessidades no campo.
- Devem-se buscar instrumentos que deem aos pequenos produtores acesso a seguros agrícolas e financiamento, evitando-se, assim, que precisem recorrer ao crédito informal, que costuma ser muito oneroso.
- Recomenda-se a revisão das estruturas jurídicas dos países, com o fim de aumentar e facilitar a concessão de financiamento aos agricultores.
- Tecnologias podem ser disponibilizadas para os pequenos produtores, mas o desafio a ser enfrentado é como capacitá-los para adotá-las.
- É necessário diferenciar instrumentos que permitam à agricultura familiar inserir-se competitivamente nas cadeias de valor.
- Urge reconhecer a importância da sanidade agropecuária.
- Deve-se encontrar a maneira de enfrentar o desafio de alimentar mais de 9 bilhões de pessoas em 2050.
- É preciso identificar os problemas comuns enfrentados pelos países para alcançar a segurança alimentar, mas sem deixar de considerar as diferenças climáticas e as pressões sobre os sistemas produtivos, trazidas pelo aumento demográfico.
- É necessário promover a competitividade e a inserção eficiente nos mercados internacionais.
- A produtividade relaciona-se de maneira significativa com a tecnologia, mas para além da geração e inovação; por isso, a transferência deve ser considerada como parte relevante.
- Deve-se enfrentar o desafio da intensificação sustentável da produção para que a maneira como hoje se produz não comprometa a produção de alimentos no futuro.
- A intensificação produtiva tem como base o solo, que é vital para a produtividade. Os esforços para preservar carbono no solo também podem contribuir para a melhoria da produtividade agropecuária.
- Deve-se aspirar a uma agricultura adaptada ao clima.
- A articulação e a coordenação da oferta de serviços à agricultura familiar são vitais para a potencialização da eficácia das intervenções dos instrumentos de política pública.
- A criação de sistemas integrados de preços e mercados é outro elemento que ajuda na busca da melhoria integral da produtividade.
- Um dos fatores que limitam a provisão de financiamento à agricultura pelo setor privado é o fato de que este a percebe como um setor de alto risco, sendo, por isso,

importante buscar opções que motivem o setor privado a oferecer financiamento ao setor agrícola, como a mencionada pelo representante do Panamá.

- Em matéria de sanidade agropecuária, as ações em zonas fronteiriças e políticas comuns são relevantes.

Por último, afirmou que as intervenções dos palestrantes destacam um ponto de grande importância: é essencial trabalhar de forma coordenada para a realização de um fim comum, e aqui o IICA pode desempenhar o papel de instância coordenadora dos esforços voltados para a promoção da transferência de conhecimentos com vistas a uma agricultura mais eficiente.

O Diretor-Geral agradeceu os palestrantes do foro pelo trabalho diligente e profissional que realizaram.

Perspectivas da agricultura e do desenvolvimento rural nas Américas: Um olhar para a América Latina e o Caribe 2015-2016

O Secretário de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural, Pesca e Alimentação do México apresentou os senhores Miguel García, do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), Alejandro Flores, da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), e Adrián Rodríguez, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), os quais compartilharam a apresentação do relatório sobre as perspectivas da agricultura e do desenvolvimento rural na América Latina e no Caribe em 2015-2016.

O senhor García ressaltou que esse esforço conjunto se desenvolveu ao longo de mais de sete anos, em cumprimento do mandato dos ministros da agricultura para que o IICA, a FAO e a CEPAL somassem esforços na análise dos temas conjunturais e estruturais de maior impacto no desempenho da agricultura.

Em seguida, enumerou as tendências atuais no contexto macroeconômico: a) baixo dinamismo com crescimento econômico inferior a 3%; b) contração de preços; c) volatilidade das taxas de câmbio; e d) melhoria da economia dos Estados Unidos da América, o que favorece o México e os países centro-americanos, mas não os países do Sul, mais estreitamente relacionados com a União Europeia e a China.

Também destacou as três principais perspectivas: a) redução do crescimento, o que não permitirá a recuperação das economias e continuará afetando o México, o Brasil e a Argentina; b) preços baixos de energia com impactos diferenciados, o que beneficiará os importadores de energia, mas poderá afetar os exportadores; e c) continuação da volatilidade nos mercados.

Explicou que, no contexto setorial, se sobressaem as seguintes tendências: a) crescimento da agricultura da ALC a ritmo maior que a economia no seu conjunto; b) crescimento do setor agrícola pelo aumento da produtividade; c) diminuição da contribuição da agricultura da ALC como setor amortecedor em tempos de crise econômica; e d) aumento no dinamismo, menor concentração e reconfiguração dos destinos das exportações agroalimentares da ALC para os mercados de maior demanda.

Em seguida, o senhor Flores se referiu aos subsetores de cultivo, criação de gado, silvicultura, pesca e aquicultura. Destacou os seguintes aspectos: a) a demanda mundial de alimentos e matérias-primas está em desaceleração; b) a produção da criação de gado da ALC continua crescendo a um ritmo impressionante e a produção de carne está se deslocando para a América do Sul, em particular o Brasil; c) a crescente demanda mundial de produtos pesqueiros se transformou em grande desafio para a sustentabilidade desse subsetor; a ALC registra um crescimento sustentado da sua produção aquícola desde 2000, sendo a única região que dispõe ainda de margem para a expansão dessa atividade; e d) tem havido importantes esforços para reduzir o desmatamento na ALC, embora este continue sendo um problema preocupante.

Finalmente, o senhor Rodríguez da CEPAL fez referência às áreas do bem-estar rural e das políticas e instituições e enfatizou os seguintes aspectos: a) proporcionalmente, o número de domicílios dedicados à agricultura se reduziu; b) embora a redução da pobreza acompanhe o crescimento do setor não agrícola, o principal motor que impulsiona a redução são as políticas sociais expansivas; c) a desigualdade de receitas se reduziu entre 2000 e 2012; d) a chefia das mulheres rurais cresceu, devido ao aumento de oportunidades no mercado de trabalho no setor não agrícola; e) as taxas de emprego feminino rurais aumentaram mais que as taxas de emprego rural em geral; e f) o perfil do emprego rural feminino é diferente nas diversas faixas etárias.

Em seguida o senhor García ressaltou que, de toda a análise empreendida, se depreende que o aumento da produtividade agrícola é a melhor aposta para se alcançar o crescimento, a equidade, a estabilidade e a sustentabilidade do setor agrícola da ALC. E mencionou algumas recomendações possíveis: fortalecer a capacidade orientadora do Estado; melhorar a gestão educativa e as capacidades dos recursos humanos; fortalecer o investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação; reforçar as políticas comerciais; e melhorar a capacidade empreendedora e associativa dos produtores.

Colocou o documento à disposição de todos e destacou que ele está aberto a comentários, que melhorarão a utilidade das suas edições futuras para as tomadas de decisões.

Encerramento

O foro técnico “Para uma Produtividade Competitiva, Sustentável e Inclusiva: Uma Oportunidade para a Agricultura das Américas”, realizado no âmbito do Encontro dos Ministros da Agricultura das Américas 2015, foi encerrado às 19:00 de 21 de outubro de 2015.

**DÉCIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA
DA JUNTA INTERAMERICANA DE
AGRICULTURA (JIA)**

SESSÃO PREPARATÓRIA

0.1 Abertura

0.1.1 A sessão preparatória da Décima Oitava Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura (JIA) teve início às 9:00 de 22 de outubro de 2015, nos salões Mimosa I e II do hotel Fairmont Mayakoba, localizado na cidade de Cancún, Riviera Maya, México.

0.1.2 A sessão foi presidida pela senhora Carla Seain, Subsecretária de Coordenação Política do Ministério da Agricultura, Pecuária e Pesca da Argentina, país que exerceu a Presidência na Décima Sétima Reunião Ordinária da JIA.

0.1.3 Participaram representantes de 30 dos 34 Estados membros do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). Belize, Bolívia, Colômbia e Trinidad e Tobago não participaram por motivos de força maior.

0.2 Acordos

0.2.1 Eleição do Presidente e do Relator da reunião

0.2.1.1 O representante da Guatemala propôs que o senhor José Calzada Rovirosa, Secretário de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural, Pesca e Alimentação do México atuasse como Presidente do Encontro dos Ministros da Agricultura das Américas 2015 e da Décima Oitava Reunião Ordinária da JIA, e ele foi eleito por aclamação.

0.2.1.2 Em seguida, o representante do México propôs que a senhora Ana Isabel Gómez, Diretora da Secretaria Executiva de Planejamento Setorial Agropecuário do Ministério da Agricultura e Pecuária da Costa Rica, ocupasse o cargo de relatora, e ela foi eleita por unanimidade.

0.2.1.3 A mesa diretora ficou assim constituída:

Presidente:	José Calzada Rovirosa
Relatora:	Ana Isabel Gómez
Secretário <i>ex-officio</i> :	Víctor M. Villalobos

0.3 Programa da reunião

0.3.1 O representante da Costa Rica solicitou a inclusão de uma resolução sobre a continuidade do contrato do Centro Agronômico Tropical de Pesquisa e Ensino (CATIE). O programa da reunião, constante do documento IICA/JIA/Doc. 368 (15), foi aprovado com a modificação proposta.

0.4 Duração da reunião

0.4.1 O plenário acordou encerrar o Encontro dos Ministros da Agricultura das Américas 2015 e a Décima Oitava Reunião Ordinária da JIA na quinta-feira 22 de outubro, às 17:00.

0.5 Constituição de comissões

0.5.1 O Presidente destacou que a JIA, de acordo com o disposto no artigo 52 do seu regulamento, pode integrar comissões temporárias ou especiais para examinar questões relacionadas com a natureza e os propósitos do IICA. Como não foram apresentadas propostas para a constituição de comissões, o Presidente informou que estas poderão ser constituídas no decorrer da reunião se os representantes dos Estados membros assim deliberarem.

0.6 Data e hora limites para a apresentação de propostas

0.6.1 O dia 22 de outubro às 14:00 foi fixado como a data e a hora limites para a apresentação de projetos de resolução.

0.7 Direito ao voto nas reuniões da JIA

0.7.1 O Diretor-Geral do IICA solicitou ao Assessor Jurídico que explicasse o alcance e a forma de aplicação das normas que regem o direito ao voto nas reuniões da JIA.

0.8 Outros assuntos – documento IICA/JIA/Doc. 368 (15)

0.8.1 O representante da Nicarágua abordou o tema da agenda relacionado com a Declaração dos Ministros da Agricultura constante do programa da reunião. Perguntou se o entendimento era o de que essa declaração será dada como aprovada; recordou as reservas que tinha externado a respeito na reunião de delegados ministeriais e antecipou que o seu país não a assinaria.

0.8.2 O Secretário Técnico explicou que o texto dessa declaração foi distribuído, analisado e discutido na reunião de delegados ministeriais, e que foi tido como aceitável para os países, mas que, no momento da sua leitura no plenário, poderão ser apresentados comentários, acréscimos ou outras sugestões de ajuste.

0.9 *Encerramento*

0.9.1 A sessão preparatória da Décima Oitava Reunião Ordinária da JIA foi encerrada às 9:34 de 22 de outubro de 2015.

PRIMEIRA SESSÃO PLENÁRIA

1.1 Abertura

1.1.1 A primeira sessão plenária da Décima Oitava Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura (JIA) teve início às 9:40 de 22 de outubro de 2015, nos salões Mimosa I e II do hotel Fairmont Mayakoba, localizado na cidade de Cancún, Riviera Maya, México, presidida pelo senhor José Calzada Roviroso, Secretário de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural, Pesca e Alimentação do México.

1.2 Resultados da cooperação técnica

1.2.1 O Diretor-Geral do IICA, senhor Víctor M. Villalobos, destacou a importância do fortalecimento financeiro do Instituto para ele continuar oferecendo cooperação técnica aos Estados membros no grau e com a qualidade com que o faz atualmente.

1.2.2 Mencionou as principais áreas de impacto do novo modelo de cooperação, entre as quais se destacam a formulação de políticas agrícolas, a sanidade agropecuária e a inocuidade dos alimentos (SAIA), o fortalecimento das capacidades agroempresariais e de inovação, o desenvolvimento territorial e a adaptação à mudança climática.

1.2.3 Além disso, enumerou alguns dos resultados mais significativos obtidos até a data mediante as ações de cooperação técnica do Instituto. Na área da SAIA, conseguiu-se reunir mais de 60 delegados de países da América Latina e do Caribe (ALC) e da África, a fim de analisar propostas para as normas internacionais de inocuidade de alimentos, no âmbito do *Codex Alimentarius*.

1.2.4 Em seguida, explicou que também se conseguiu reunir mais de 20 autoridades dos ministérios do meio ambiente e da agricultura de 19 países das regiões Central, Andina e Sul e obter avanços para uma posição mais bem articulada sobre agricultura e meio ambiente, particularmente para as conferências da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática e a próxima COP-21 na França.

1.2.5 Em matéria de cooperação horizontal, explicou, uma parceria com o governo mexicano de três anos que vem apoiando a concessão de bolsas de estudo para

cidadãos dos países da ALC que desejam fazer pós-graduação em temas de agricultura em instituições mexicanas de educação superior de alto nível. Até a data, foram beneficiados 423 estudantes de 22 países membros do Instituto. Observou que, em estreita colaboração com a Secretaria de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural, Pesca e Alimentação (SAGARPA) do México, o Instituto presta apoio ao Caribe e à América Central com um programa de fortalecimento das capacidades em agricultura, da qual, até o presente, participaram 1.338 técnicos.

- 1.2.6 O Diretor-Geral acrescentou que o IICA está a serviço dos seus Estados membros, que devem aproveitar os seus pontos fortes institucionais, mas que também devem contribuir para o seu sustento. Finalmente, agradeceu os países pelo apoio financeiro oferecido à instituição e destacou que cada dólar investido no IICA favorece o setor agrícola dos Estados membros.

1.3 Situação financeira e programático-orçamentária do IICA

1.3.1 Orçamento-programa 2016-2017

- 1.3.1.1 O Secretário de Serviços Corporativos do IICA, senhor Carlos O’Farrill, expôs os principais critérios que fundamentam o orçamento-programa para o biênio 2016-2017. Destacou que ele foi elaborado com base em um modelo holístico e dinâmico, coerente com o Plano Estratégico (PE) para o período 2010-2020 do Instituto e com o seu Plano de Médio Prazo (PMP) para 2014-2018.

- 1.3.1.2 Observou que o orçamento para o biênio foi estruturado sobre os aspectos estratégicos desses planos e que a sua implementação se foca nos quatro instrumentos do PMP: a) projetos insígnia (PI), b) ações de resposta rápida (ARR), c) projetos do Fundo de Cooperação Técnica (FonCT) e d) projetos financiados com recursos externos. Destacou que a base sobre a qual o orçamento do IICA está construído são a escala de cotas do IICA, estabelecida com base no sistema de cálculo de cotas da Organização dos Estados Americanos (OEA), e no Fundo de Receitas Diversas.

- 1.3.1.3 Ressaltou que o esgotamento do Fundo apresenta uma ameaça importante para as finanças institucionais, que vêm diminuindo devido a mudanças nas políticas financeiras e fiscais nos países. Acrescentou que a proposta de aumento de cotas de 6,57% permite a recuperação do esgotamento dessa fonte financeira; que são necessárias contribuições adicionais para a cobertura dos aumentos nos custos por inflação, políticas salariais e outros; e que essas

medidas financeiras permitirão ao IICA manter o nível de operação e cumprir os compromissos estabelecidos no PMP.

1.3.1.4 Além disso, informou que a proposta de orçamento de receitas 2016-2017 é de US\$34,9 milhões, dos quais US\$30,6 milhões correspondem às cotas dos Estados membros e US\$4,3 milhões a receitas diversas. Essa proposta inclui a aplicação da nova escala de cotas aprovada pela OEA, um aumento de 6,57% e as sobrecotas estimadas, que deverão ser ratificadas pelos Estados membros.

1.3.1.5 Além disso, apresentou o orçamento de despesas para o biênio, destacando que a sua distribuição se baseará no valor das receitas recebidas. Esse orçamento de despesas financiará: a) os projetos insígnia; b) as ações de resposta rápida; c) os projetos do FonCT; d) as estruturas básicas das representações do Instituto nos Estados membros; e) os serviços e as ações de apoio técnico (inclusive as contribuições para o CARDI e o CATIE); f) as unidades de direção; e g) as atividades corporativas.

1.3.2 Fortalecimento financeiro

1.3.2.1 O Secretário de Serviços Corporativos comentou sobre a necessidade de se aumentar o orçamento de cotas em 10,5%, em média, para se cumprir o disposto no PMP. Explicou que, caso o orçamento não seja aumentado, o Instituto perderá pessoal qualificado e capacidade operacional. Ressaltou que os investimentos que os Estados membros fazem no IICA lhes asseguram um retorno altamente positivo e a geração de valor no setor agrícola.

1.3.2.2 Acrescentou que o fortalecimento financeiro terá, entre outros, os seguintes impactos positivos: a) manter o apoio aos serviços de sanidade agropecuária nos Estados membros; b) continuar fortalecendo capacidades de gestão das cadeias agroalimentares, da comercialização e do apoio a políticas públicas; e c) construir novas parcerias estratégicas, baseadas na solidez institucional, para a geração de projetos com outras organizações. Concluiu destacando que o IICA é um parceiro efetivo, ágil, redistributivo e confiável.

1.3.3 Relatório sobre a arrecadação de cotas

1.3.3.1 O Secretário de Serviços Corporativos deu a conhecer a situação atualizada do pagamento das cotas dos Estados membros. Comentou que 14 países estão em dia, 19 em situação regular, nenhum país se encontra em situação especial e um país está em mora. Agradeceu os países pelos esforços feitos para pagar as suas cotas no prazo e ressaltou a importância que isso tem para o Instituto.

1.3.4 Demonstrativos financeiros 2013-2014 e relatório dos auditores externos

1.3.4.1 O Secretário de Serviços Corporativos apresentou o resultado da auditoria externa de 2014, a cargo da firma Deloitte, a qual concluiu que “os demonstrativos financeiros do IICA apresentam de forma razoável, em todos os seus aspectos importantes, a posição financeira do Instituto em 31 de dezembro de 2014”.

1.3.4.2 Comentou que a evidência de auditoria obtida foi considerada suficiente e apropriada e que oferece suporte para a sustentação de um parecer qualificado. Acrescentou que a base da sua qualificação se deve a que algumas das provisões por benefícios de terminação de pessoal requerem estudos atuariais, utilizando princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América.

1.3.5 Relatório do Comitê de Exame de Auditoria (CEA)

1.3.5.1 O senhor Steve Rickrode, Subinspetor-Geral Adjunto para Auditoria do Escritório do Inspetor-Geral, Departamento de Agricultura dos Estados Unidos da América, que é membro do Comitê de Exame de Auditoria (CEA), apresentou o relatório ao plenário.

1.3.5.2 Comentou que, em conformidade com o Estatuto do CEA, ele tem a obrigação de relatar ao Comitê Executivo e à JIA qualquer aspecto que, a seu juízo, possa constituir violação das normas e dos regulamentos que regem a operação da Direção-Geral.

1.3.5.3 Em seguida, informou que o CEA efetuou a exame anual dos demonstrativos financeiros auditados para os anos terminados em dezembro de 2013 e em dezembro de 2014. O CEA constatou que o trabalho levado a cabo pelos auditores externos atende às normas internacionais de auditoria e aos regulamentos do IICA.

1.3.5.4 Expôs que o CEA reviu e considerou o parecer qualificado dos auditores externos com relação a dois assuntos de controle interno: i) ausência de estudos atuariais sobre os benefícios de terminação; e ii) ausência de uma análise de vulnerabilidades que identifique possíveis falhas de segurança relacionadas com a infraestrutura de tecnologia da informação do IICA. No tocante ao primeiro ponto, o CEA reconhece as ações da administração na condução de alguns estudos atuariais e sugere que o IICA considere, no devido tempo, empreender estudos adicionais para assegurar a avaliação dos

benefícios de terminação. Quanto ao segundo ponto, sugere que o IICA considere a avaliação de análise de vulnerabilidades em função da disponibilidade de recursos.

- 1.3.5.5 Destacou, finalmente, que o CEA examinou a nota incluída nos demonstrativos financeiros relativa ao Programa AIS na Colômbia. Observou que o CEA reconhece o esforço contínuo do IICA para resolver a situação e que, a seu juízo, o Instituto tem levado em conta o risco associado a uma possível demanda e está atuando de maneira correta.
- 1.3.6 Recuperação de custos indiretos proporcionais (RECIP-TIL)
- 1.3.6.1 O Secretário de Serviços Corporativos comentou que, como resultado dos esforços realizados pelo Instituto nos países, a percentagem atual da recuperação dos custos indiretos proporcionais (RECIP-TIL) aumentou quase dois pontos percentuais em relação à de 2008, o que a aproxima da meta de 8%.
- 1.3.7 Análises e comentários
- 1.3.7.1 O Presidente abriu espaço para comentários e análises sobre as apresentações anteriores.
- 1.3.7.2 Os representantes agradeceram a hospitalidade do Governo do México, da SAGARPA e do IICA. Manifestaram o seu reconhecimento pela cooperação técnica que o Instituto oferece por meio dos seus especialistas e representantes e ressaltaram a importância do trabalho do IICA nos esforços nacionais para o desenvolvimento sustentável e inclusivo do setor agropecuário e dos territórios rurais.
- 1.3.7.3 Os representantes de Antígua e Barbuda, Argentina, Barbados, Brasil, Canadá, Chile, Costa Rica, Dominica, Equador, Estados Unidos da América, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Saint Kitts e Nevis, Suriname e Venezuela manifestaram o apoio dos seus países à proposta do fortalecimento financeiro mediante o aumento das cotas dos Estados membros e se mostraram dispostos a assumir esse compromisso com o orçamento do IICA, a fim de restabelecer o nível de receitas, afetado pela redução nos recursos diversos.
- 1.3.7.4 O representante do Suriname acrescentou que o aumento deveria ser até superior a 10%, para que o Instituto possa oferecer melhores serviços.

- 1.3.7.5 A representante do Haiti quis deixar claro que, da mesma forma que os países precisam do IICA, o Instituto também deve receber o apoio dos países.
- 1.3.7.6 O representante do Panamá agradeceu os esclarecimentos do IICA sobre a situação financeira e destacou o apoio que o Instituto oferece aos países em agricultura e outros temas da competência de diversas instituições.
- 1.3.7.7 O representante de Dominica destacou a alta capacidade de reação do IICA diante dos recentes eventos climáticos adversos, bem como o fato de ser ele a agência que executará as ações financiadas pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).
- 1.3.7.8 O representante dos Estados Unidos da América manifestou a sua satisfação com a proposta de orçamento para o próximo biênio. Declarou que “o IICA são todos os países” e instou o Instituto a assumir uma forte liderança nos temas comuns da agricultura para que os desafios sejam enfrentados de maneira colaborativa.
- 1.3.7.9 A representante da Argentina afirmou que, apesar de o orçamento nacional para 2016 já estar aprovado, o seu país fará todo o possível para honrar, em 2016, a cota aumentada e a sua sobrecota.
- 1.3.7.10 O representante de Saint Kitts e Nevis ressaltou a importância para o Caribe de receber mais apoio por meio da cooperação horizontal, em vista das necessidades e tarefas que devem sobrevir à região e da sua limitação de recursos, em comparação com outros países da região.
- 1.3.7.11 Os representantes de Chile, Costa Rica, Equador, Honduras, Paraguai e Peru expressaram o apoio dos seus governos ao aumento proposto das cotas, mas fizeram a ressalva de que os orçamentos nacionais para 2016 já tinham sido aprovados ou estão em processo de aprovação, pelo que só poderão se comprometer com o pagamento efetivo do aumento de cotas a partir de 2017.
- 1.3.7.12 O representante da Nicarágua manifestou o seu acordo com o aumento de cotas, destacou que o seu país já contribui com uma sobrecota de cerca de 30% do valor estabelecido e que, para 2016, só poderá assumir como compromisso a manutenção da cota mais a contribuição adicional.
- 1.3.7.13 O representante do Brasil reafirmou o seu compromisso com o IICA e destacou o trabalho do Instituto em diversas áreas, bem como o seu trabalho como instância articuladora de esforços interinstitucionais e interministeriais.

No entanto, explicou que, devido aos problemas internos e ao reajuste fiscal, o seu governo não poderá assumir nenhum compromisso de aumento da cota com que contribui para o IICA antes de 2017.

- 1.3.7.14 O representante da Venezuela avaliou positivamente o aumento proposto das cotas, mas explicou que, devido à situação conjuntural especial enfrentada pelo país, não pode assumir o compromisso de um aumento adicional. Não obstante, destacou que essa situação será reavaliada à medida que se avançar na solução da situação conjuntural.
- 1.3.7.15 O Diretor-Geral agradeceu, em nome do IICA, do seu quadro de pessoal e do seu próprio, as manifestações sobre a utilidade da cooperação técnica oferecida pelo Instituto. Destacou que o apoio recebido fortalece a sua vontade de continuar oferecendo apoio aos Estados membros. Declarou que o esforço para investir no IICA se traduzirá em recursos destinados à cooperação técnica e reafirmou a sua disposição de continuar trabalhando colaborativamente, segundo as prioridades hemisféricas, em benefício da agricultura.

1.4 Leitura e aprovação de projetos de resolução

- 1.4.1 A relatora leu o projeto de resolução “Estabelecimento de procedimentos de avaliação de riscos sanitários e fitossanitários para os países das Américas”. A seguir, o Presidente ofereceu a palavra aos representantes dos países membros do IICA para manifestações a respeito.
- 1.4.2 O representante do Uruguai comentou que, no painel do dia anterior, se tinha dado ênfase à cooperação regional para a geração de bens públicos regionais. Além disso, informou que o Conselho Agropecuário do Sul (CAS) se reunira poucos dias antes para definir os temas prioritários, entre os quais o da sanidade vegetal e saúde animal. Explicou que o CAS tem duas das organizações regionais mencionadas no projeto de resolução, a Comissão Veterinária Permanente (CVP) e a Comissão de Sanidade Vegetal do Cone Sul (COSAVE), o que indica que esse tema deve ser discutido no CAS.
- 1.4.3 Considerou boa a iniciativa proposta pelo Brasil da criação de um grupo de trabalho, mas que se deve atentar para a forma como a resolução foi proposta, uma vez que cada país tem diferentes capacidades e não necessariamente poderão ser definidos procedimentos uniformes para a avaliação de riscos. Declarou a sua concordância com que seja o IICA a coordenar o grupo de trabalho proposto. Na sua condição de presidente *Pro Tempore* do CAS, destacou que proporá o tema a esse mecanismo regional.

- 1.4.4 O representante da Jamaica solicitou que, entre os mecanismos regionais mencionados no primeiro parágrafo resolutivo, seja incluído a Caribbean Agricultural Health and Food Safety Agency (CAHFSA), recentemente criada no âmbito da Comunidade do Caribe (CARICOM).
- 1.4.5 O representante do Chile agradeceu a proposta apresentada pelo Brasil, mas destacou que a resolução deve ser delimitada para que o grupo de trabalho se enfoque na detecção de vazios ao avaliar riscos e analisar a possibilidade de se estabelecer procedimentos básicos comuns. Comentou que a definição de riscos no seu país depende das normas estabelecidas pela Organização Mundial de Sanidade Animal (OIE), da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do *Codex Alimentarius*. Afirmou que cada país tem diferenças na capacidade instalada e na sua inserção comercial, com exigências diversas segundo os mercados importadores de cada um e que, por isso, não se deve incluir a definição de normas comuns na resolução.
- 1.4.6 O representante do Paraguai destacou a importância da avaliação de riscos, mas concordou com os representantes do Uruguai e do Chile. Recomendou que o tema fosse estudado mais a fundo.
- 1.4.7 O representante da Nicarágua afirmou que o tema é indiscutivelmente importante, mas considerou que, no momento, não se dispõe das condições apropriadas para discutir a resolução. Concordou com a necessidade de se analisar mais a fundo as particularidades de cada país e mencionou que o OIRSA é o organismo regional especializado em sanidade agropecuária.
- 1.4.8 A representante da Argentina concordou com os representantes do Uruguai, do Chile e do Paraguai. Destacou a importância de se estabelecer um grupo de trabalho segundo a proposta do Brasil, mas manifestou dúvidas quanto à conveniência de se aprovar uma resolução a respeito. Em sua opinião, é importante fortalecer os mecanismos regionais, considerando-se que o tema deve ser tratado no âmbito do CAS.
- 1.4.9 O representante do Brasil esclareceu que a proposta do seu país tem como objetivo gerar debate sobre o tema da avaliação de riscos, e não estabelecer normas para todos. Destacou que a criação do grupo de trabalho proposto visa a discussão do tema, a análise das necessidades de cada país, o reforço das organizações para que todas possam melhorar a análise de riscos e o fortalecimento do grupo de países americanos diante das instâncias internacionais.

- 1.4.10 O Diretor-Geral propôs ao representante do Brasil que revisasse a resolução para incorporar os comentários expressos pelos diferentes Estados membros.
- 1.4.11 O representante do Equador observou que a intervenção realizada pelo representante do Brasil esclareceu a intenção da proposta, mas que isso que não se reflete no projeto de resolução apresentado.
- 1.4.12 O representante dos Estados Unidos da América felicitou o Brasil pela apresentação do tema e se ofereceu para colaborar na redação sugerida pelo Diretor-Geral, mas insistiu na importância de se aprovar uma resolução a respeito.
- 1.4.13 O representante do Brasil aceitou a proposta do Diretor-Geral e se comprometeu a trabalhar com as demais representações na redação de uma nova resolução.
- 1.4.14 A relatora leu o projeto de resolução “Orçamento-programa 2016-2017”. Após a leitura, o Presidente ofereceu a palavra aos representantes dos países membros do IICA para que se pronunciassem a respeito.
- 1.4.15 O representante da Nicarágua manifestou que se devia esclarecer que, no caso do seu país, fica mantida a cota com que ele vem contribuindo.
- 1.4.16 O Secretário de Serviços Corporativos do IICA esclareceu que: a) a resolução tem como anexo um quadro com o orçamento de cotas e sobrecotas, que será ajustado de acordo com o que for aprovado e com as manifestações dos ministros e delegados na sessão e enviado aos participantes nas próximas semanas; b) tomou-se conhecimento de que os orçamentos de alguns países já foram aprovados e que não lhes será possível pagar o valor de cota com o aumento em 2016, pelo que a cota será registrada como pendente de pagamento e serão realizadas gestões bilaterais em cada um desses casos; e c) no caso dos países que voluntariamente contribuem com uma sobrecota, esta também será verificada bilateralmente.
- 1.4.17 O representante do Peru destacou que, de acordo com o mencionado pelo Secretário de Serviços Corporativos, o valor total também deverá ser ajustado segundo os pronunciamentos dos países; portanto, o valor atual é diferente daquele que se terá dentro de alguns dias.
- 1.4.18 O Secretário de Serviços Corporativos confirmou que a avaliação do representante do Peru estava correta. Explicou que o orçamento global ficará

muito perto daquele com que será iniciado o próximo ano fiscal, o qual será informado posteriormente. O projeto de resolução “Orçamento-programa 2016-2017” foi aprovado sem modificações.

1.5 *Relatório do representante da JIA junto ao Conselho Superior do Centro Agrônomo Tropical de Pesquisa e Ensino (CATIE) no período 2013-2014*

1.5.1 O Secretário Técnico informou que, em cumprimento da resolução 585 da Trigésima Quarta Reunião Ordinária do Comitê Executivo, de 22 de maio de 2014, na qual o Diretor-Geral do IICA foi encarregado de apresentar, na Décima Oitava Reunião Ordinária da JIA, o relatório do Representante da JIA junto ao Conselho Superior do CATIE no período 2013-2014, esse relatório foi disponibilizado para os participantes no sistema de informação desta reunião.

1.6 *Avanços no cumprimento das resoluções da Décima Sétima Reunião Ordinária da JIA e da Trigésima Quarta e Trigésima Quinta Reuniões Ordinárias do Comitê Executivo*

1.6.1 O Secretário Técnico informou que o relatório sobre o cumprimento das resoluções adotadas na Décima Sétima Reunião Ordinária da JIA (2013) e na Trigésima Quarta (2014) e Trigésima Quinta (2015) Reuniões Ordinárias do Comitê Executivo estão disponíveis no sistema de informação desta reunião.

1.7 *Relatório sobre as reuniões ministeriais de agricultura e o Plano AGRO 2003-2015 para a Agricultura e a Vida Rural nas Américas*

1.7.1 O Secretário Técnico informou que o Plano AGRO, aprovado em 2003, tinha o propósito de coordenar esforços nas áreas de desenvolvimento rural e agricultura no âmbito do processo das Cúpulas das Américas. No entanto, como 2015 foi fixado como o ano da conclusão da execução do plano, elaborou-se um relatório a respeito, que está igualmente disponível no sistema de informação desta reunião da JIA e sobre o qual os representantes poderão fazer os comentários que desejarem.

1.8 *Relatório de ações conjuntas desenvolvidas pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) em 2013-2015*

1.8.1 O Secretário Técnico referiu-se ao mandato conferido pela JIA ao IICA para um trabalho mais coordenado com a FAO. Observou, a respeito, que os

diretores-gerais das duas instituições assinaram um acordo de colaboração. Comentou que o relatório que presta conta das atividades executadas em conjunto está disponível no sistema de informação desta reunião. Acrescentou que essa agenda conjunta visa a construção de bens públicos internacionais, o atendimento de emergências, a formulação de políticas e a elaboração do documento “Perspectivas da agricultura e do desenvolvimento rural nas Américas”, do qual a CEPAL também participou.

1.9 *Prorrogação do contrato assinado entre o Governo da Costa Rica e o IICA sobre o CATIE*

1.9.1 O representante da Costa Rica se referiu ao projeto de resolução relativo à prorrogação do contrato assinado entre o Governo da República da Costa Rica e o IICA sobre o Centro Agronômico Tropical de Pesquisa e Ensino (CATIE). Começou ressaltando a importância da ciência para a superação dos desafios trazidos pelas novas realidades, como a necessidade de se aumentar a produtividade sem comprometer o ambiente, enfrentar a mudança climática e erradicar a pobreza rural.

1.9.2 Em seguida, destacou que o CATIE é uma instituição que contribui para o enfrentamento desses desafios nos campos da pesquisa, da educação e da extensão, além de ser uma entidade acadêmica com o mandato de fortalecer a agricultura, especialmente na América tropical.

1.9.3 Explicou que a estrutura jurídica do CATIE dimana do convênio acima mencionado, o qual precisa ser aprovado pela Assembleia Legislativa da Costa Rica; ele é renovado automaticamente a cada 20 anos, desde que não sejam apresentadas objeções. Considerando-se que o contrato vence em 2020 e levando-se em conta a relevância da continuidade do contrato sob o ponto de vista da sustentabilidade do CATIE, a segurança jurídica para os doadores – posto que há projetos com períodos de execução que superam os cinco anos – e a segurança jurídica para os alunos, solicitou que a JIA manifestasse, numa resolução emitida nesta reunião, a sua vontade de que o CATIE continue vigorando.

1.9.4 *Comentários*

1.9.4.1 O representante de Honduras apoiou a posição da Costa Rica. Declarou a sua satisfação com o funcionamento do CATIE, afirmando que, diante da explicação sobre as normas vigentes, o seu país concorda com a proposta.

- 1.9.4.2 O representante dos Estados Unidos da América respaldou firmemente a Costa Rica, afirmando que o CATIE é muito importante para as Américas e que é necessário que continue em vigor, que as suas dotações financeiras não sejam afetadas e que não haja impactos negativos para os alunos.
 - 1.9.4.3 O representante da Guatemala deu a conhecer que, no Conselho Superior do CATIE, foi emitida uma resolução para a realização das gestões cabíveis e o oferecimento de apoio à proposta do representante da Costa Rica.
 - 1.9.4.4 O Diretor-Geral expressou o apoio do Instituto ao trabalho coordenado e conjunto com o CATIE. Afirmou que é necessário continuar fortalecendo ambas as instituições e destacou que o IICA continuará trabalhando de maneira estreita e intensa com o CATIE, para que este cumpra os seus mandatos.
- 1.10 Encerramento
- 1.10.1 A primeira sessão plenária da Décima Oitava Reunião Ordinária da JIA foi encerrada às 12:21 da quinta-feira 22 de outubro de 2015.

SEGUNDA SESSÃO PLENÁRIA

2.1 Abertura

2.1.1 A segunda sessão plenária da Décima Oitava Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura (JIA) teve início às 15:05 de 22 de outubro de 2015, nos salões Mimosa I e II do hotel Fairmont Mayakoba, localizado na cidade de Cancún, Riviera Maya, México, presidida pelo senhor José Calzada Roviroso, Secretário de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural, Pesca e Alimentação do México.

2.2 Exposição sobre a Declaração dos Ministros da Agricultura, México 2015

2.2.1 O Presidente solicitou ao Presidente da Reunião de Delegados Ministeriais que apresentasse a Declaração dos Ministros da Agricultura.

2.2.2 O Presidente da Reunião de Delegados Ministeriais informou que o documento com a proposta de Declaração dos Ministros da Agricultura tinha sido distribuído a todos os representantes dos Estados membros e destacou que o seu conteúdo pode ser sintetizado em oito grandes temas:

- A importância de se incluir os acordos e declarações internacionais que, pela sua influência no hemisfério, ampliam a sustentação constitucional para se alcançar os objetivos da competitividade, da equidade e da governabilidade.
- O papel preponderante que a agricultura desempenha como atividade estratégica para o desenvolvimento econômico, em especial para a erradicação da pobreza.
- O compromisso de orientar as políticas públicas para a realização de objetivos compartilhados, com profundo respeito à soberania de cada um dos países membros na priorização dos temas da sua agenda doméstica.
- A elaboração de políticas públicas que promovam a produtividade, com base em atividades sustentáveis e no cuidado do meio ambiente.
- A relevância do conhecimento e da inovação tecnológica como fatores indispensáveis para se alcançar uma produtividade competitiva, sustentável e inclusiva.
- A consideração da produtividade como uma meta transversal com caráter multifatorial, multidimensional e multissetorial, que aglutine ações

conjuntas e coordenadas para a implementação de mudanças significativas que permitam produzir mais alimentos.

- O desenvolvimento de um processo contínuo de modernização das instituições que permita a superação dos desafios atuais em termos de produtividade. Esse processo deverá incluir investimento em capital humano e infraestrutura, entre outros aspectos.
- A obtenção do equilíbrio entre o conhecimento científico e o ancestral para a promoção de um sistema educativo moderno, inclusivo e de qualidade para todos os atores da agricultura e do meio rural.

2.2.3 Acrescentou que o representante da Nicarágua solicitara que fosse encaminhado a este plenário a seguinte notificação: “A Nicarágua se reserva todo o conteúdo da Declaração, expressando que respeita as formas políticas e os modelos de governo de cada país.”

2.2.4 A seguir, destacou que as diversas visões e posições relativas à produtividade, expressas no Encontro dos Ministros da Agricultura das Américas 2015, permitiram a compreensão das diversas situações em que os países estão imersos. Destacou que o diálogo se concentrou na geração da infraestrutura institucional para a colaboração e a solidariedade entre todos os Estados membros do IICA.

2.3 Cerimônia de adoção e assinatura da Declaração dos Ministros da Agricultura México 2015

2.3.1 O Presidente convidou os representantes dos países a expressar o seu acordo com a Declaração dos Ministros da Agricultura México 2015 e solicitou que a assinassem nos quatro idiomas oficiais do Instituto.

2.3.2 Os ministros e chefes de delegação assinaram a declaração a partir das 15:25 de 22 de outubro de 2015, com exceção da Nicarágua, pelas razões expostas pelo Presidente da Reunião de Delegados Ministeriais.

2.4 Leitura e aprovação de projetos de resolução

2.4.1 A relatora da reunião leu os seguintes projetos de resolução: “Relatório ‘Perspectivas da agricultura e do desenvolvimento rural nas Américas: Um olhar para a América Latina e o Caribe 2015-2016’”; “Data e sede da Décima Nona Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura (JIA)”; “Prorrogação do contrato assinado entre o Governo da República da Costa Rica e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)

sobre o Centro Agrônômico Tropical de Pesquisa e Ensino (CATIE)”; “As reuniões ministeriais de agricultura e o Plano AGRO 2003-2015”; “Avanços no cumprimento das resoluções da Décima Sétima Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura (JIA) e da Trigésima Quarta e Trigésima Quinta Reuniões Ordinárias do Comitê Executivo”; “Processo institucional para a formulação e a apresentação de propostas para o fortalecimento financeiro do Instituto e a sua reestruturação estratégica”; “Demonstrativos financeiros do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) para 2013-2014, relatório dos auditores externos e Vigésimo e Vigésimo Primeiro Relatórios do Comitê de Exame de Auditoria (CEA)”; “Relatório sobre a arrecadação de cotas”; “Agradecimento ao Governo do México”; e “Grupo de trabalho para melhorar as capacidades dos países das Américas na avaliação de riscos sanitários e fitossanitários”. Todos os projetos de resolução acima mencionados foram aprovados sem modificações.

2.5 Encerramento

- 2.5.1 A segunda sessão plenária da Décima Oitava Reunião Ordinária da JIA foi encerrada às 15:25 de 22 de outubro de 2015.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

3.1 Abertura

3.1.1 A sessão de encerramento da Décima Oitava Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura (JIA) teve início às 15:50 de 22 de outubro de 2015, nos salões Mimosa I e II do hotel Fairmont Mayakoba, localizado na cidade de Cancún, Riviera Maya, México, presidida pelo senhor José Calzada Roviroso, Secretário de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural, Pesca e Alimentação do México.

3.2 Discurso do Diretor-Geral do IICA

3.2.1 O Diretor-Geral do IICA expressou o seu agradecimento pelo apoio que todos os representantes ofereceram aos temas abordados na reunião, pelas contribuições feitas no foro técnico e pela assinatura da Declaração dos Ministros da Agricultura México 2015.

3.2.2 Considerou a aprovação do aumento da escala de cotas uma demonstração do apoio prestada pelos Estados membros ao IICA. Afirmou que esse aumento derrubou a barreira dos 20 anos em que as contribuições de cota estiveram congeladas. Destacou que a instituição se compromete a oferecer serviços de cooperação técnica em maior quantidade e de melhor qualidade.

3.2.3 Agradeceu o Governo e o povo do México pela sua acolhida, bem como o Secretário de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural, Pesca e Alimentação do México, que atuou como Presidente da Décima Oitava Reunião Ordinária da JIA, pela excelente condução da reunião. Finalmente, dirigiu o seu agradecimento a todo o pessoal de apoio, pelo excelente trabalho realizado.

3.3 Discurso do Presidente da JIA

3.3.1 O Presidente da JIA agradeceu os países membros do IICA pela confiança expressa dois anos antes para que o México sediasse a Décima Oitava Reunião Ordinária da JIA.

3.3.2 Agradeceu os representantes dos Estados membros pela participação e pelas contribuições, que permitiram um diálogo franco e aberto, com discussões produtivas e de grande benefício para o crescimento coletivo do hemisfério.

3.3.3 Considerou muito proveitosos os acordos alcançados para o aumento da produtividade e da consciência coletiva da importância da produção de alimentos, bem como para o estreitamento da proximidade dos povos das Américas.

3.4 Encerramento

3.4.1 A sessão de encerramento da Décima Oitava Reunião Ordinária da JIA foi concluída às 16:00 de 22 de outubro de 2015.

**DECLARAÇÃO DOS MINISTROS DA
AGRICULTURA, MÉXICO 2015**

ENCONTRO DE MINISTROS DA AGRICULTURA DAS AMÉRICAS 2015

“Cultivar melhor, produzir mais, alimentar a todos”

DECLARAÇÃO DOS MINISTROS DA AGRICULTURA, MÉXICO 2015

Nós, os Ministros e os Secretários de Agricultura das Américas, reunidos na Riviera Maya, Quintana Roo, México, de 20 a 22 de outubro de 2015, com o propósito de dialogar, adotar compromissos e solicitar o apoio da cooperação internacional para promover maior produtividade competitiva, inclusiva e sustentável da agricultura que contribua para o desenvolvimento sustentável dos países das Américas, chegamos a um consenso para esta declaração nos seguintes termos,

Levando em conta que:

1. No âmbito hemisférico, esta Declaração tem como contexto os mandatos adotados pelos Chefes de Estado e de Governo nas Cúpulas das Américas, as resoluções da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, em especial aquelas sobre desenvolvimento sustentável, inovação, água e energia, e os acordos das reuniões hemisféricas precedentes dos Ministros da Agricultura, construídos para atender aos objetivos de competitividade, sustentabilidade, equidade e governabilidade.
2. No âmbito dos acordos globais sobre desenvolvimento, a Declaração visa contribuir para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em sua maioria relativos à agricultura e ao desenvolvimento rural, destacados no documento *“Transformar nosso mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”*, adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em setembro de 2015.
3. A Terceira Conferência Internacional sobre o Financiamento para o Desenvolvimento, de julho de 2015, adotou a *Agenda de Ação de Adis Abeba*, que inclui tópicos de interesse para a agricultura e o desenvolvimento rural, como investimento, financiamento, comércio, infraestrutura, ciência, tecnologia, desenvolvimento de capacidades e cooperação internacional para o desenvolvimento.
4. Os Chefes de Estado, os ministros e os representantes de países desenvolvidos e em desenvolvimento, os chefes de organismos multilaterais e bilaterais e os representantes de organizações públicas e privadas adotaram orientações para a

gestão da cooperação internacional para o desenvolvimento na Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda (2005), no Programa de Ação de Acra (2008) e na Parceria de Busan para uma Cooperação Eficaz para o Desenvolvimento (2011), instrumentos que enfatizam o alinhamento da cooperação internacional às prioridades nacionais, a harmonização da cooperação internacional e a construção ampla de parcerias para o desenvolvimento.

5. A Terceira Conferência Internacional sobre Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, de setembro 2014, adotou a “Trajetória de SAMOA” (Modalidades de ação acelerada para os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento – PEID), que pôs em destaque as vulnerabilidades e as limitações de recursos dos PEID e fez um apelo à manifestação de apoio a seus esforços para aumentar a resiliência.
6. A Secretaria do Encontro disponibilizou para os países membros, para sua informação e suas sugestões, a proposta de documento técnico “Uma produtividade competitiva, inclusiva e sustentável: Oportunidade para o continente americano”, que resenha a situação e os desafios da produtividade da agricultura em função de sua competitividade, sustentabilidade e inclusão.

Conscientes de que:

7. A agricultura é uma atividade estratégica para o desenvolvimento e o bem-estar dos países e contribui significativamente para o desenvolvimento econômico com inclusão social e para a prosperidade rural e nacional, sendo crucial para se alcançar a segurança alimentar e erradicar a pobreza.
8. A agricultura em geral, e a das Américas em especial, enfrenta diversos desafios para a manutenção e a melhoria das taxas de crescimento da produtividade observadas nos últimos anos.
9. As taxas de produtividade da agricultura nas Américas apresentam diferenças importantes entre países e tipos de agricultura.
10. O aumento da produtividade da agricultura é uma tarefa que precisa ser executada de forma rápida, decidida e integrada, com práticas colaborativas, sustentáveis e sustentadas.
11. O aumento da produtividade requer a transformação da agricultura mediante um amplo conjunto de inovações formuladas para assegurar que essa produtividade seja competitiva, sustentável, sustentada e inclusiva.

12. Os países das Américas têm importante potencial de aumento da produção e da produtividade na agricultura, devendo-se, porém, levar em conta que, enquanto alguns dispõem de recursos naturais adequados de água, terra, energia, biodiversidade, conhecimento e talento humano, outros, especialmente os PEID, enfrentam o desafio da vulnerabilidade e da limitação de recursos naturais, o que obstaculiza seus esforços para aumentar a produtividade agrícola.
13. O aumento da produtividade da agricultura demanda o desenvolvimento acelerado das capacidades técnicas e funcionais dos indivíduos, das organizações e da sociedade para enfrentar sua complexidade com soluções sustentáveis e de adaptação à mudança climática.
14. O aumento da produtividade na agricultura é multifatorial (terra, capital e trabalho), multidimensional (econômico, social, ambiental e institucional) e multissetorial (público, privado e sociedade civil), e a realização dessa meta de maneira competitiva, sustentável e inclusiva exige a participação, a concertação e a ação conjunta dos atores nacionais e internacionais, tanto públicos como privados.
15. O aumento sustentável, sustentado e inclusivo da produtividade agrícola é um dos pilares imperativos para se alcançar a segurança alimentar dos nossos povos.

Fazemos um apelo:

16. Aos países e entidades cooperantes, aos organismos financeiros internacionais e fornecedores de fundos, aos centros de pesquisa e aos mecanismos regionais de pesquisa e inovação a que favoreçam e apoiem o desenvolvimento de programas nacionais, regionais ou hemisféricos de maior envergadura, centrados em ações direcionadas para o aumento da produtividade da agricultura, levando em consideração as prioridades nacionais e as políticas de desenvolvimento elaboradas pelos países beneficiários.

Comprometemo-nos a:

17. Fortalecer, quando pertinente, a liderança profissional, a participação e a capacidade propositiva dos ministérios da agricultura na definição e execução de políticas nacionais para o aumento da capacidade orientadora do Estado na agropecuária e nas mudanças estruturais favoráveis à melhoria da produtividade da agricultura julgadas necessárias, em conformidade com as políticas nacionais de desenvolvimento.

18. Manter o diálogo com representantes do setor agropecuário e de outros setores para a análise e a elaboração de propostas de ação consensuais sobre o aumento competitivo, sustentável e inclusivo da produtividade da agricultura, com vistas à erradicação da pobreza e ao acesso a mais informações que aumentem a consciência pública.
19. Continuar promovendo a implementação de políticas, programas e instrumentos favoráveis à produtividade, ao investimento, à inovação, à infraestrutura, à ciência e tecnologia, à sanidade agropecuária e à inocuidade dos alimentos, bem como à adaptação à mudança climática e à sua mitigação, com ênfase especial na agricultura familiar e de pequena escala, por meio das seguintes ações, quando pertinentes:
 - a. Revitalizar e incentivar os investimentos para o fornecimento de bens públicos na agricultura.
 - b. Modernizar, de acordo com a necessidade, as instituições do setor público agropecuário e promover as prioridades para enfrentar os desafios da agricultura.
 - c. Promover o desenvolvimento rural territorial mediante a gestão participativa de políticas para a transformação e o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário.
20. Avaliar, elaborar e promover com os atores e as autoridades pertinentes, quando necessário, um sistema educativo moderno e inclusivo para os atores da agricultura e do meio rural com ações estratégicas para:
 - a. Fortalecer as capacidades profissionais e elaborar programas de formação e estudos em agricultura, economia e desenvolvimento rurais, respeitando os conhecimentos ancestrais e tradicionais.
 - b. Impulsionar melhorias na qualidade e cobertura da educação rural, na capacidade dos educadores e na infraestrutura educativa, e estabelecer programas sólidos de formação de novos produtores agrícolas para jovens, mulheres e pequenos produtores familiares.
 - c. Estabelecer programas que permitam aos agricultores a aquisição de conhecimentos e capacidades adicionais.
 - d. Fortalecer as capacidades empresariais e organizacionais dos produtores agrícolas e rurais e estabelecer programas de fortalecimento das capacidades dos produtores para desenvolver e vincular-se a projetos produtivos.
 - e. Fomentar e apoiar programas de educação nutricional para a redução da desnutrição, da obesidade, da perda e do desperdício de alimentos,

incentivando o consumo de alimentos locais saudáveis e a melhoria do seu uso.

21. Promover o fortalecimento de uma cultura de sistemas de inovação e para ela contribuir mediante uma agricultura sustentável adaptada à mudança climática, integrando as cadeias de valor para favorecer a produtividade e incentivando, para isso, ações estratégicas orientadas principalmente para:
 - a. Desenvolver instrumentos de política pública que promovam, em função das prioridades nacionais e regionais, o investimento público e privado e mecanismos que facilitem a articulação entre os dois setores.
 - b. Fomentar uma gestão eficiente e sustentável dos recursos naturais e dos produtos, serviços, processos e tecnologias empregados na agricultura e em suas cadeias de valor.
 - c. Fortalecer a relação entre os centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico e o setor produtivo.
 - d. Identificar, valorizar, divulgar e fazer uso do conhecimento local e ancestral.
 - e. Fortalecer a divulgação do conhecimento científico e dos sistemas de pesquisa associados à vocação produtiva e às prioridades estratégicas nacionais.
 - f. Incentivar a criação de redes interinstitucionais e inter-regionais que facilitem os fluxos de informação, inclusive de informações científicas e baseadas na evidência, e a gestão do conhecimento entre os atores da agricultura e das cadeias de valor.
 - g. Melhorar a coleta, a disponibilidade, a acessibilidade e a capacidade de uso ou a utilização de informações nutricionais agrícolas para incentivar a inovação, reduzir a duplicidade de esforços, permitir a melhoria das tomadas de decisão e aumentar a transparência.
22. Apoiar a cooperação no comércio internacional de produtos agrícolas, com a promoção e a implementação de ações para:
 - a. Colaborar no estabelecimento de políticas de inocuidade, sanidade e comércio baseadas em princípios científicos.
 - b. Trabalhar na busca de uma maior integração comercial interamericana.
23. Liderar o desenvolvimento de iniciativas conjuntas com organizações e setores que fortaleçam uma cultura empreendedora e empresarial na agricultura e no meio rural com ações voltadas para:
 - a. Apoiar o desenvolvimento empresarial e organizacional dos produtores agrícolas e rurais para melhorar sua capacidade de negociação, sua

participação nos mercados e suas estratégias em matéria de desenvolvimento sustentável e inclusivo.

- b. Aumentar as oportunidades de acesso a ativos produtivos, financiamento e gestão integrada de riscos, com a inclusão dos jovens e das mulheres produtoras agrícolas e rurais.
 - c. Apoiar a implementação de programas de responsabilidade social empresarial, bem como princípios de investimento responsável na agricultura e nas cadeias de valor.
 - d. Fortalecer a inclusão de produtores de pequena escala e familiares nas cadeias de valor.
 - e. Simplificar os procedimentos e melhorar os ambientes de negócios para os empreendimentos agrícolas.
24. Promover a harmonização da cooperação que os organismos de cooperação internacional para o desenvolvimento que operam em cada um de nossos países oferecem e o alinhamento de sua cooperação com as nossas prioridades nacionais em torno de uma agricultura mais produtiva, sustentável e inclusiva. A esse respeito, realizaremos as seguintes ações:
- a. Solicitar às organizações internacionais e regionais que operam em nossos países que incluam em seus programas de cooperação uma agenda de intensificação sustentável da agricultura baseada nas prioridades dos países.
 - b. Trabalhar coordenadamente com a cooperação internacional para eliminar as lacunas existentes na produtividade da agricultura.
 - c. Promover o fortalecimento da colaboração entre as organizações internacionais afins na elaboração de análise, estudos e propostas para o desenvolvimento competitivo, sustentável e inclusivo da produtividade.
 - d. Solicitar a colaboração na elaboração de políticas e programas nacionais para uma agricultura produtiva, sustentável e inclusiva.

Assinado na Riviera Maya, México, aos 22 de outubro do ano de dois mil e quinze.

Antígua e Barbuda

ARTHUR NIBBS



Argentina

CARLA SEAIN



V. ALBERTO GRAY.
Bahamas



RALPH FARNUM
Barbados



Belize

Bolívia

Brasil

Tatiana Lipovetskaya
Palermo

Tatiana L. Palermo

Canadá

FRED CORRELL

F. Correll

Chile

CARLOS FUZCHÉ



Colômbia

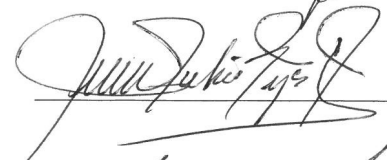
Costa Rica
Luis Felipe Arazu Covallini



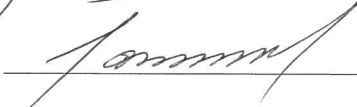
Dominica
SOTHSON DIZCO



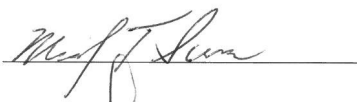
El Salvador
WILFREDO Robio Ruy



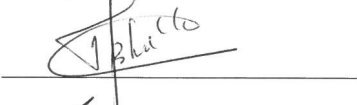
Equador
Javier Ponce



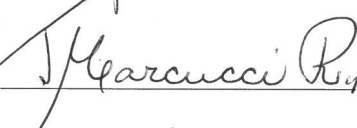
Estados Unidos da América
MICHAEL T. SCORSE



ROLAND BHOA
Grenada



Sebastian Marcucci
Guatemala



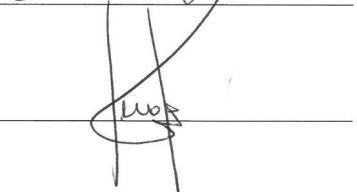
NIEL L. HOLDER
Guiana



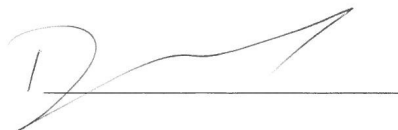
Colette Blanchet
Haiti



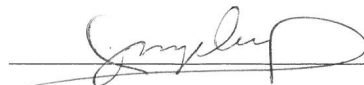
Honduras
Ricardo Vera



Jamaïque
DONOVAN STANBERRY



Panama
Jorge Araujo Arias



Paraguay
Jorge GATTINI



Pérou
Jose Luis Chavez



République Dominicaine
LEANDRO MORALES



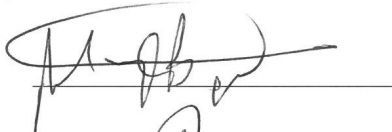
Saint-Kitts-et-Nevis
Alexis Jeffery



Saint-Vincent-et-Grenadines
ASMLEY R CAIN



Sainte-Lucie
Mises In. Baptiste



Suriname
Djoma die Kasamoesoh car

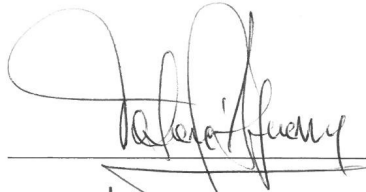


Trinité-et-Tobago



IBARRA

Uruguai



Venezuela

JOSE AGUILERA



MÉXICO

José Eduardo Calzada Roviroa

Secretário de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural,
Pesca e Alimentação (SAGARPA)

Presidente do Encontro de Ministros da Agricultura das Américas 2015

RESOLUÇÕES

RESOLUÇÕES

Número	Título	Página
A. Política institucional e serviços de cooperação técnica		
Res. 492	Relatório “Perspectivas da agricultura e do desenvolvimento rural nas Américas: um olhar para a América Latina e o Caribe 2015-2016”	83
Res. 499	As reuniões ministeriais de agricultura e o Plano Agro 2003-2015	96
Res. 500	Prorrogação do contrato firmado entre o Governo da República da Costa Rica e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) sobre o Centro Agronômico Tropical de Pesquisa e Ensino (CATIE)	98
Res. 502	Criação de procedimentos para a avaliação de riscos sanitários e fitossanitários para os países das Américas	102
B. Assuntos de orçamento e finanças		
Res. 493	Orçamento-programa 2016-2017	84
Res. 494	Relatório sobre a arrecadação de cotas	89
Res. 495	Demonstrativos financeiros do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) de 2013 e 2014, relatório dos auditores externos e Vigésimo e Vigésimo Primeiro relatórios do Comitê de Exame de Auditoria (CEA)	91

Número	Título	Página
Res. 501	Processo institucional para a formulação e a apresentação de propostas para o fortalecimento financeiro do Instituto e sua reestruturação estratégica	100
C. Assuntos dos órgãos de governo		
Res. 496	Avanços no cumprimento das resoluções da Décima Sétima Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura (JIA) e da Trigésima Quarta e da Trigésima Quinta Reuniões Ordinárias do Comitê Executivo	93
Res. 497	Data e sede da Décima Nona Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura (JIA)	94
Res. 498	Agradecimento ao Governo do México	95

IICA/JIA/Res. 492 (XVIII-O/15)

22 de outubro de 2015

Original: espanhol

RESOLUÇÃO N° 492

RELATÓRIO “PERSPECTIVAS DA AGRICULTURA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL NAS AMÉRICAS: UM OLHAR PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE 2015-2016”

A JUNTA INTERAMERICANA DE AGRICULTURA (JIA), em sua Décima Oitava Reunião Ordinária,

TENDO VISTO:

O relatório “Perspectivas da agricultura e do desenvolvimento rural nas Américas: um olhar para a América Latina e o Caribe 2015-2016”,

CONSIDERANDO:

Que, na Declaração Ministerial de Bávaro 2001, os países das Américas se comprometeram a oferecer assistência à pobreza rural e a obter avanços significativos em sua redução;

Que o Regulamento da JIA, em seu artigo 3.a, estabelece que cabe a este órgão superior de governo do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) tomar conhecimento do relatório do Diretor-Geral do Instituto sobre a situação do desenvolvimento da agricultura e do meio rural das Américas; e

Que a Direção-Geral apresentou aos Estados Membros do IICA o relatório “Perspectivas da agricultura e do desenvolvimento rural nas Américas: um olhar para a América Latina e o Caribe 2015-2016”, no qual se destaca o papel desempenhado pela agricultura para contribuir para a geração de empregos e para a redução da pobreza rural,

RESOLVE:

Acolher o relatório “Perspectivas da agricultura e do desenvolvimento rural nas Américas: um olhar para a América Latina e o Caribe 2015-2016” e destacar sua importância para os governos da região como um instrumento de grande utilidade para seus trabalhos de análise e formulação de políticas.

IICA/JIA/Res. 493 (XVIII-O/15)

22 de outubro de 2015

Original: espanhol

RESOLUÇÃO N° 493**ORÇAMENTO-PROGRAMA 2016-2017**

A JUNTA INTERAMERICANA DE AGRICULTURA (JIA), em sua Décima Oitava Reunião Ordinária,

TENDO VISTO:

O documento IICA/JIA/Doc. 371 (15), “Proposta de Orçamento-Programa 2016-2017”, e a resolução IICA/CE/Res. 597 (XXXV-O/15), de 16 de julho de 2015, mediante a qual o Comitê Executivo, em sua Trigésima Quinta Reunião Ordinária, recomenda à JIA a aprovação do orçamento de despesas para 2016 e 2017 e a consideração da ampliação do orçamento de cotas em 6,57%, além das contribuições de sobrecota acordadas pelos Estados membros, o que permitirá a recuperação da perda dos recursos do Fundo de Receitas Diversas no biênio e dos custos incrementais devidos a efeitos inflacionários na operação e nos salários com vistas a se manter pelo menos o nível de operação de 2015;

CONSIDERANDO:

Que a Convenção do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) estabelece:

- i. em seu artigo 8.b, que a JIA terá como uma de suas atribuições “aprovar o orçamento-programa bienal e fixar as cotas anuais dos Estados membros”;
- ii. em seu artigo 23, que “os Estados membros contribuirão para a manutenção do Instituto mediante cotas anuais fixadas pela Junta, de acordo com o sistema de cálculo de cotas da Organização dos Estados Americanos”; e
- iii. em seu artigo 14.b, que o Comitê Executivo terá como atribuição “examinar o projeto de orçamento-programa bienal que é submetido à Junta pelo Diretor-Geral e fazer as observações e recomendações que considerar pertinentes”;

Que o Diretor-Geral do IICA apresentou a proposta de Orçamento-Programa 2016-2017 à consideração do Comitê Executivo em sua Trigésima Quinta Reunião Ordinária, em um formato que atende aos requisitos de estrutura e conteúdo estabelecidos nas normas vigentes e incorpora as recomendações propostas pelo Comitê Executivo para o fortalecimento financeiro do IICA; e

Que, a fim de compensar o esgotamento irreversível do Fundo de Receitas Diversas e manter pelo menos um nível de operação semelhante ao de 2015, a proposta do Orçamento-Programa considera o seguinte:

- i. a ampliação de 6,57% do orçamento de cotas com base na nova escala de cotas da Organização dos Estados Americanos (OEA); e
- ii. as contribuições de sobrecota acordadas pelos Estados membros para se alcançar, em média, 10,5% da ampliação necessária para cobrir os custos incrementais devidos a efeitos inflacionários na operação e nos salários e manter o nível de 2015,

RESOLVE:

1. Reconhecer que o novo modelo do Orçamento-Programa mostra um claro alinhamento com o esquema estratégico institucional estabelecido no Plano de Médio Prazo (PMP) para o período 2014-2018, aprovado pelo Comitê Executivo e pela JIA.
2. Aprovar a dotação global de receitas do Fundo Ordinário para o biênio 2016-2017 do Instituto no valor de US\$34.364.900 anuais, financiados com a contribuição de cotas dos Estados membros no valor de US\$30.064.900 anuais, que incluem as cotas fixadas e as contribuições de sobrecota, conforme indicado na escala que figura como Anexo A, e com recursos diversos no valor de US\$4.300.000 anuais, provenientes de receitas estimadas a serem geradas e do Fundo de Receitas Diversas.
3. Aprovar o uso dos recursos do Orçamento-Programa 2016-2017 em despesas conforme as dotações por capítulos, objetos e prioridades estratégicas detalhadas no documento IICA/JIA/Doc. 371 (15), “Proposta de Orçamento-Programa 2016-2017”, com os ajustes acordados, cujo resumo por capítulo figura como Anexo B.
4. Autorizar o Diretor-Geral do IICA a efetuar transferências entre os capítulos do Orçamento-Programa, desde que o total delas não afete substancialmente as prioridades aprovadas.

5. Autorizar o Diretor-Geral a fazer os ajustes necessários na dotação de recursos aprovados nesta resolução, no caso de as receitas dos exercícios orçamentários 2016-2017 serem inferiores às estimadas para o biênio, e informar o Comitê Executivo e a JIA sobre essa circunstância eventual.
6. Encarregar o Diretor-Geral de aplicar qualquer contribuição adicional de sobrecota recebida que ultrapasse o valor total aprovado para o biênio 2016-2017 ao Fundo Ordinário para o programa de trabalho e prioridades identificadas no Orçamento-Programa 2016-2017, em conformidade com o PMP aprovado pela JIA.
7. Agradecer os Estados membros que se comprometeram com contribuições de sobrecotas voluntárias para o Orçamento-Programa, bem como os que considerarem fazê-las a fim de complementar o valor necessário para manter pelo menos o nível de operação de 2015.

ANEXO A
Escala de cotas e contribuições de sobrecotas dos Estados membros
e receitas diversas 2016-2017

ESTADOS MEMBROS	2016				2017			
	IICA				IICA			
	OEA ¹	COTA ALOCADA	SOBRECOTA	TOTAL COTAS	OEA ¹	COTA ALOCADA	SOBRECOTA	TOTAL COTAS
	%	US\$ ²	US\$ ²	US\$ ²	%	US\$ ²	US\$ ²	US\$ ²
Antígua e Barbuda	0,022	6.500	1.100	7.600	0,022	6.500	1.100	7.600
Argentina	2,400	703.600	247.000	950.600	2,400	703.600	247.000	950.600
Bahamas	0,049	14.400	7.000	21.400	0,049	14.400	7.000	21.400
Barbados	0,034	10.000	5.500	15.500	0,034	10.000	5.500	15.500
Belize	0,022	6.500	1.100	7.600	0,022	6.500	1.100	7.600
Bolívia	0,056	16.400	600	17.000	0,056	16.400	600	17.000
Brasil	12,427	3.643.200		3.643.200	12,427	3.643.200		3.643.200
Canadá	10,583	3.102.600		3.102.600	10,583	3.102.600		3.102.600
Chile	1,347	394.900	14.600	409.500	1,347	394.900	14.600	409.500
Colômbia	1,311	384.400		384.400	1,311	384.400		384.400
Costa Rica	0,230	67.400	2.500	69.900	0,230	67.400	2.500	69.900
Dominica	0,022	6.500	1.100	7.600	0,022	6.500	1.100	7.600
Equador	0,322	94.400	3.500	97.900	0,322	94.400	3.500	97.900
El Salvador	0,086	25.200	12.500	37.700	0,086	25.200	12.500	37.700
Estados Unidos da América	59,470	17.435.300		17.435.300	59,470	17.435.300		17.435.300
Granada	0,022	6.500	1.100	7.600	0,022	6.500	1.100	7.600
Guatemala	0,145	42.500	13.800	56.300	0,145	42.500	13.800	56.300
Guiana	0,022	6.500	1.700	8.200	0,022	6.500	1.700	8.200
Haiti	0,026	7.600	4.200	11.800	0,026	7.600	4.200	11.800
Honduras	0,042	12.300	3.200	15.500	0,042	12.300	3.200	15.500
Jamaica	0,070	20.500	5.100	25.600	0,070	20.500	5.100	25.600
México	6,788	1.990.000	487.300	2.477.300	6,788	1.990.000	487.300	2.477.300
Nicarágua	0,026	7.600	2.800	10.400	0,026	7.600	2.800	10.400
Panamá	0,176	51.600	6.000	57.600	0,176	51.600	6.000	57.600
Paraguai	0,075	22.000	8.800	30.800	0,075	22.000	8.800	30.800
Peru	0,860	252.100	9.400	261.500	0,860	252.100	9.400	261.500
República Dominicana	0,317	92.900	3.500	96.400	0,317	92.900	3.500	96.400
Saint Kitts e Nevis	0,022	6.500	1.100	7.600	0,022	6.500	1.100	7.600
São Vicente e Granadinas	0,022	6.500	1.100	7.600	0,022	6.500	1.100	7.600
Santa Lúcia	0,022	6.500	1.100	7.600	0,022	6.500	1.100	7.600
Suriname	0,026	7.600	4.200	11.800	0,026	7.600	4.200	11.800
Trinidad e Tobago	0,135	39.600	15.000	54.600	0,135	39.600	15.000	54.600
Uruguai	0,247	72.400	7.900	80.300	0,247	72.400	7.900	80.300
Venezuela	2,144	628.600		628.600	2,144	628.600		628.600
SUBTOTAL	99,568	29.191.100	873.800	30.064.900	99,568	29.191.100	873.800	30.064.900
Cuba	0,431	126.400		126.400	0,431	126.400		126.400
TOTAL COTAS	99,999	29.317.500	873.800	30.191.300	99,999	29.317.500	873.800	30.191.300
RECEITAS DIVERSAS		4.300.000		4.300.000		4.300.000		4.300.000
TOTAL FUNDO ORDINÁRIO³		33.491.100		34.364.900		33.491.100		34.364.900

Notas: O Reino da Espanha contribui com uma cota anual de US\$60.000 como Membro Associado, segundo Acordo da Primeira Sessão Plenária da Décima Primeira Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura de 26 de novembro de 2002, realizada em Bávaro, República Dominicana.

1/ Em conformidade com a Resolução AG/RES. 2860 (XLIV-O/14) da Assembleia Geral da OEA.

2/ Em US\$ arredondado para a centena mais próxima.

3/ O Total do Fundo Ordinário não inclui Cuba.

ANEXO B**Dotação do Fundo Ordinário por capítulo - 2016 e 2017
(US\$)**

CAPÍTULO	2016		2017	
	FUNDO ORDINÁRIO		FUNDO ORDINÁRIO	
	US\$	%	US\$	%
I: Serviços diretos de cooperação técnica	30.784.554	89,6	30.973.781	90,1
II: Custos da direção	1.727.733	5,0	1.766.156	5,1
III: Custos gerais e provisões	1.290.000	3,8	1.290.000	3,8
IV: Renovação de infraestrutura e equipamento	562.613	1,6	334.963	1,0
TOTAL	34.364.900	100,0	34.364.900	100,0

IICA/JIA/Res. 494 (XVIII-O/15)
22 de outubro de 2015
Original: espanhol

RESOLUÇÃO N° 494

RELATÓRIO SOBRE A ARRECADAÇÃO DE COTAS

A JUNTA INTERAMERICANA DE AGRICULTURA (JIA), em sua Décima Oitava Reunião Ordinária,

TENDO VISTO:

O documento IICA/JIA/Doc. 372 (15), “Relatório sobre a arrecadação de cotas”,

CONSIDERANDO:

Que o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) só poderá financiar seus projetos de cooperação técnica e suas despesas operacionais se os Estados Membros mantiverem em dia o pagamento de suas cotas anuais;

Que a JIA, em sua Décima Terceira Reunião Ordinária, mediante a resolução IICA/JIA/Res. 414 (XIII-O/05), adotou as “Medidas revistas para a arrecadação de cotas devidas ao Instituto”; e

Que, graças ao apoio dos Ministros da Agricultura e de outras autoridades dos Estados Membros, às medidas adotadas e às gestões da Direção-Geral, conseguiu-se uma arrecadação mais estável das cotas, o que tem contribuído para a execução satisfatória dos serviços de cooperação técnica definidos no Orçamento-programa 2014-2015 do Instituto,

RESOLVE:

1. Agradecer aos Ministros de Agricultura e das Relações Exteriores, bem como a outros altos funcionários dos governos dos Estados Membros do IICA, pelos esforços que vêm realizando para o cumprimento oportuno do pagamento de suas cotas anuais ao Instituto.
2. Manter vigentes as medidas estabelecidas pelo Comitê Executivo e pela JIA para incentivar os Estados Membros a realizar oportunamente ao IICA o pagamento de suas cotas anuais e a quitar as dívidas de anos anteriores.

3. Encarregar o Diretor-Geral de manter as gestões para o recebimento das cotas dos Estados Membros, tanto do ano em curso como de períodos anteriores, e de informar aos Estados Membros sobre os avanços alcançados por essas gestões.
4. Fortalecer o compromisso dos Estados Membros de manter-se em dia com o pagamento de suas cotas anuais, em especial daqueles que acordaram planos de pagamento de cotas devidas de exercícios anteriores com o IICA.

IICA/JIA/Res. 495 (XVIII-O/15)

22 de outubro de 2015

Original: espanhol

RESOLUÇÃO N° 495

DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS DO INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (IICA) PARA 2013-2014, RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS E VIGÉSIMO E VIGÉSIMO PRIMEIRO RELATÓRIOS DO COMITÊ DE EXAME DE AUDITORIA (CEA)

A JUNTA INTERAMERICANA DE AGRICULTURA (JIA), em sua Décima Oitava Reunião Ordinária,

TENDO VISTO:

Os documentos IICA/JIA/Doc. 373 (15), “Demonstrativos financeiros do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) de 2013 e 2014 e relatório dos auditores externos”, e IICA/JIA/Doc. 374 (15), “Vigésimo e Vigésimo Primeiro relatórios do Comitê de Exame de Auditoria (CEA)”,

CONSIDERANDO:

Que o Comitê Executivo, de acordo com o disposto nos artigos 3.c e 4.d de seu Regulamento, examinou, em suas Trigésima Quarta e Trigésima Quinta Reuniões Ordinárias, os demonstrativos financeiros do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e os relatórios dos auditores externos dos anos 2013 e 2014 e que, em decorrência disso, mediante as resoluções IICA/CE/Res. 589 (XXXIV-O/14) e IICA/CE/Res. 596 (XXXV-O/15), recomendou que esses documentos fossem submetidos à consideração da JIA;

Que, em seus Vigésimo e Vigésimo Primeiro Relatórios, o CEA destacou ter examinado os relatórios dos auditores externos e determinado que a Direção-Geral efetuasse a administração apropriada dos recursos financeiros do IICA, em conformidade com os regulamentos do Instituto e com as normas de auditoria geralmente aceitas; e

Que o Comitê Executivo, em suas Trigésima Quarta e Trigésima Quinta Reuniões Ordinárias, resolveu aprovar esses relatórios mediante as resoluções IICA/CE/Res. 589 (XXXIV-O/14) e IICA/CE/Res. 596 (XXXV-O/15),

RESOLVE:

1. Aprovar os demonstrativos financeiros do IICA de 2013 e 2014, bem como os relatórios dos auditores externos.
2. Acolher o Vigésimo e o Vigésimo Primeiro Relatórios do CEA.
3. Expressar aos membros do CEA a satisfação e o agradecimento dos Estados Membros do IICA pelo trabalho realizado.

IICA/JIA/Res. 496 (XVIII-O/15)
22 de outubro de 2015
Original: espanhol

RESOLUÇÃO N° 496

AVANÇOS NO CUMPRIMENTO DAS RESOLUÇÕES DA DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA JUNTA INTERAMERICANA DE AGRICULTURA (JIA) E DA TRIGÉSIMA QUARTA E DA TRIGÉSIMA QUINTA REUNIÕES ORDINÁRIAS DO COMITÊ EXECUTIVO

A JUNTA INTERAMERICANA DE AGRICULTURA (JIA), em sua Décima Oitava Reunião Ordinária,

TENDO VISTO:

Os documentos IICA/JIA/Doc. 375 (15), “Avanços no cumprimento das resoluções da Décima Sétima Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura (JIA)”, e IICA/JIA/Doc. 376 (15), “Avanços no cumprimento das resoluções da Trigésima Quarta e da Trigésima Quinta Reuniões Ordinárias do Comitê Executivo”,

CONSIDERANDO:

Que os mencionados relatórios de andamento mostram que a Direção-Geral do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) cumpriu as resoluções adotadas na Décima Sétima Reunião Ordinária da JIA e executou as ações necessárias para cumprir as resoluções adotadas na Trigésima Quarta e na Trigésima Quinta Reuniões Ordinárias do Comitê Executivo,

RESOLVE:

Acolher os relatórios “Avanços no cumprimento das resoluções da Décima Sétima Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura (JIA)” e “Avanços no cumprimento das resoluções da Trigésima Quarta e da Trigésima Quinta Reuniões Ordinárias do Comitê Executivo”.

IICA/JIA/Res. 497 (XVIII-O/15)

22 de outubro de 2015

Original: espanhol

RESOLUÇÃO N° 497**DATA E SEDE DA DÉCIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DA JUNTA INTERAMERICANA DE AGRICULTURA (JIA)**

A JUNTA INTERAMERICANA DE AGRICULTURA (JIA), em sua Décima Oitava Reunião Ordinária,

TENDO VISTO:

O documento IICA/JIA/Doc. 377 (15), "Data e sede da Décima Nona Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura (JIA)",

CONSIDERANDO:

Que, em conformidade com o disposto no artigo 16 do Regulamento da JIA, este órgão superior de governo do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) deve realizar uma reunião ordinária a cada dois anos e que, como consequência, é necessário definir a data e o lugar em que a Décima Nona Reunião Ordinária da JIA será realizada em 2017; e

Que o artigo 18 do mencionado regulamento estabelece que, caso não exista oferecimento de um dos Estados Membros para que a reunião ordinária da JIA seja realizada em seu país, essa reunião se realizará na Sede Central do Instituto, em São José, Costa Rica,

RESOLVE:

Realizar a Décima Nona Reunião Ordinária da JIA na Sede Central do IICA, em São José, Costa Rica, no segundo semestre de 2017.

IICA/JIA/Res. 498 (XVIII-O/15)

22 de outubro de 2015

Original: espanhol

RESOLUÇÃO N° 498

AGRADECIMENTO AO GOVERNO DO MÉXICO

A JUNTA INTERAMERICANA DE AGRICULTURA (JIA), em sua Décima Oitava Reunião Ordinária,

CONSIDERANDO:

Que, graças à hospitalidade do Governo do México, de 19 a 23 de outubro de 2015 foram realizados, em Cancun, México, o Encontro de Ministros da Agricultura das Américas 2015 e a Décima Oitava Reunião Ordinária da JIA,

RESOLVE:

1. Dirigir um respeitoso agradecimento a Sua Excelência o Senhor José Calzada Roviroso, Secretário de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural, Pesca e Alimentação do México, por seu apoio à organização e realização do Encontro de Ministros da Agricultura das Américas 2015 e da Décima Oitava Reunião Ordinária da JIA, eventos de transcendental importância para a agricultura das Américas.
2. Agradecer ao quadro de pessoal da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural, Pesca e Alimentação (SAGARPA), da Secretaria das Relações Exteriores (SRE) e de outras instituições públicas e privadas do México pela cordial acolhida e pela colaboração oferecida para a realização dos dois eventos, o que foi determinante para seu êxito.

IICA/JIA/Res. 499 (XVIII-O/15)

22 de outubro de 2015

Original: espanhol

RESOLUÇÃO N° 499**AS REUNIÕES MINISTERIAIS DE AGRICULTURA E O PLANO AGRO 2003-2015**

A JUNTA INTERAMERICANA DE AGRICULTURA (JIA), em sua Décima Oitava Reunião Ordinária,

CONSIDERANDO:

Que, no âmbito da Cúpula das Américas e seus mandatos sobre agricultura e vida rural, os ministros da agricultura do hemisfério instituíram reuniões ministeriais bienais, nas quais adotaram por consenso a Declaração de Bávaro para o Melhoramento da Agricultura e da Vida Rural nas Américas (República Dominicana, 2001), o Plano AGRO 2003-2015 para a Agricultura e Vida Rural nas Américas (Panamá, 2003) e suas atualizações e concentrações temáticas (Equador, 2005; Guatemala, 2007; Jamaica, 2009; Costa Rica, 2011; Argentina, 2013; e México, 2015);

Que, no dia 13 de novembro de 2003, a JIA aprovou a resolução IICA/JIA/Res. 387 (XII-O/03), “Implementação e acompanhamento do Plano AGRO 2003-2015”, pela qual adotou esse Plano, encarregou o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) de apoiar os ministros da agricultura no processo de sua implementação e instruiu os delegados ministeriais e ao seu foro hemisférico para que, com o apoio da secretaria técnica da reunião ministerial, exercida pelo IICA, a apresentarem relatórios de progressos sobre o cumprimento do Plano e das propostas para sua atualização;

Que, em razão desse mandato, o IICA apoiou os ministros e seus delegados na implementação e acompanhamento do Plano nas áreas de sua competência e capacidade como órgão provedor de cooperação técnica a seus países membros, bem como na qualidade de secretaria técnica em apoio aos fóruns bienais de delegados e ministros realizados de 2001 até a data;

Que o horizonte de planejamento do Plano AGRO foi definido em 2015, em razão do que foi definido para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, de modo que a secretaria elaborou o documento *“Informe sobre las reuniones ministeriales de agricultura y el Plan AGRO 2003-2015 para la agricultura y la vida rural en las*

Américas”, no qual se descrevem os antecedentes, os resultados e as conclusões do processo das reuniões ministeriais e seus acordos em 2015; e

Que a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em 2030, com 169 metas altamente relacionadas com a agricultura e o bem-estar rural nos países das Américas,

RESOLVE:

1. Reconhecer o esforço realizado pelos países, em particular pelos ministros da agricultura e seus delegados, na construção dos acordos ministeriais e no acompanhamento e implementação em seus respectivos países.
2. Expressar reconhecimento especial à República Dominicana, Panamá, Equador, Guatemala, Jamaica, Costa Rica, Argentina e México por hospedarem com sucesso as reuniões bienais de ministros da agricultura realizadas de 2001 a 2015.
3. Capitalizar sobre as experiências e lições aprendidas com o processo ministerial geradas em torno do Plano AGRO 2003-2015 na formação de uma agenda de desenvolvimento sustentável da agricultura em 2030.

IICA/JIA/Res. 500 (XVIII-O/15)

22 de outubro de 2015

Original: espanhol

RESOLUÇÃO N° 500**PRORROGAÇÃO DO CONTRATO FIRMADO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA DA COSTA RICA E O INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (IICA) SOBRE O CENTRO AGRONÔMICO TROPICAL DE PESQUISA E ENSINO (CATIE)**

A JUNTA INTERAMERICANA DE AGRICULTURA (JIA), em sua Décima Oitava Reunião Ordinária,

CONSIDERANDO:

Que o Governo da Costa Rica e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) firmaram um contrato sobre o Centro Agronômico Tropical de Pesquisa e Ensino (CATIE ou o Centro), cuja última modificação entrou em vigor em 12 de setembro de 2000 (o Contrato);

Que o CATIE tem como propósitos promover a pesquisa no campo das ciências agropecuárias e dos recursos naturais e afins nas regiões do trópico americano, em particular no istmo centro-americano e no Caribe, e promover o ensino de pós-graduação e outras formas educacionais nessas ciências em benefício dos países membros do IICA;

Que, de acordo com a cláusula décima terceira do Contrato, “o prazo deste Contrato será de 20 anos, contados a partir da data em que entrar em vigor a modificação proposta. O prazo poderá ser prorrogado por períodos iguais e consecutivos. Será dado por prorrogado se, dois anos antes do vencimento do prazo, se realizarem as duas seguintes condições: a) o Governo da Costa Rica não comunicar, por meio do Ministro da Agricultura e da Pecuária, a decisão de dar por terminado este Contrato; e b) a Direção-Geral do IICA, em acatamento ao acordo da Junta Interamericana de Agricultura, não comunicar ao Conselho Superior a resolução de pôr fim a este Contrato e dissolver a Associação”;

Que, em conformidade com a cláusula nona do Contrato, a JIA é o órgão supremo do CATIE e lhe cabe, entre outras funções, decidir sobre a dissolução da associação civil;

Que o Conselho Superior do CATIE está constituído por um ministro de cada um de seus países membros vinculado ao setor agrícola e/ou aos recursos naturais, pelo Diretor-Geral do IICA e por um representante da JIA;

Que o Governo da Costa Rica, por meio do ministro da Agricultura e da Pecuária, Doutor Luis Felipe Arauz Cavallini, como presidente do Conselho Superior do CATIE, manifestou sua vontade de que o Centro continue realizando suas funções como entidade de pesquisa e ensino das ciências agropecuárias e dos recursos naturais renováveis e afins, em benefício da América Central e do Caribe, a fim de que os organismos cooperantes, tanto bilaterais como multilaterais, mantenham a certeza da capacidade jurídica do CATIE em benefício de seus países membros;

Que o Conselho Superior do CATIE, a pedido do Governo da Costa Rica, representado por seu ministro da Agricultura, aprovou por unanimidade a Resolução 11-14/XVI ROCS, de 31 de outubro de 2014, mediante a qual se solicita à JIA, como órgão supremo do CATIE, o apoio à posição adotada pelo Governo da Costa Rica de obter a prorrogação automática do Contrato, ressaltando a enorme contribuição, o valor e a necessidade que este centro representa para seus países membros; e

Que, em 9 de outubro de 2015, o Conselho Superior do CATIE elegeu o Senhor Muhammad Ibrahim como novo diretor-geral do Centro para o período 2016-2020,

RESOLVE:

1. Apoiar a prorrogação automática do Contrato a partir de 2020, nos termos da cláusula trigésima terceira.
2. Solicitar ao Diretor-Geral do IICA e ao novo Diretor-Geral eleito do CATIE a elaboração de um relatório sobre a relação entre as duas instituições, com a inclusão de uma proposta para fortalecê-la em benefício dos países membros do Centro e do Instituto.
3. Instruir que esse relatório seja conhecido pelo Comitê Executivo do IICA em sua próxima reunião ordinária e seja apresentado, com as recomendações desse Comitê, à próxima reunião ordinária da JIA.

IICA/JIA/Res. 501 (XVIII-O/15)

22 de outubro de 2015

Original: espanhol

RESOLUÇÃO Nº 501**PROCESSO INSTITUCIONAL PARA A FORMULAÇÃO E A APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS PARA O FORTALECIMENTO FINANCEIRO DO INSTITUTO E SUA REESTRUTURAÇÃO ESTRATÉGICA**

A JUNTA INTERAMERICANA DE AGRICULTURA, em sua Décima Oitava Reunião Ordinária,

CONSIDERANDO:

Que, em sua Trigésima Quinta Reunião Ordinária, realizada em julho de 2015, o Comitê Executivo estabeleceu o Grupo de Amigos do Presidente do Comitê Executivo (Grupo de Amigos), a fim de analisar e fazer propostas para o fortalecimento financeiro do Instituto para o biênio 2016-2017 e que o Grupo cumpriu integralmente essa função na reunião;

Que, na Resolução IICA/CE Res. 597 (XXXV-O/15), o Comitê Executivo solicitou ao Diretor-Geral convocar o Grupo de Amigos “para uma reunião antes da próxima reunião da JIA, com o objetivo de analisar de maneira integral e com visão de longo prazo opções que fortaleçam a estrutura estratégica do IICA, inclusive suas finanças, e de apresentar um relatório na próxima reunião ordinária do Comitê Executivo”;

Que o mandato da Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais (CCEAG) é “assessorar e assistir o Diretor-Geral no desenvolvimento, na avaliação e na execução de propostas para iniciativas estratégicas e para melhorar, modernizar e transformar a gestão administrativa e a administração financeira do Instituto”;

Que o Grupo de Amigos, reunido antes da Décima Oitava Reunião Ordinária da JIA, depois de ouvir o relatório do Diretor-Geral sobre o avanço nas gestões para o fortalecimento financeiro do Instituto, recomendou o transferência do seu mandato à CCEAG e a dissolução do Grupo; e

Que a JIA, como órgão supremo do IICA e de acordo com as faculdades estabelecidas no artigo 8 da Convenção do Instituto, pode adotar a recomendação do Grupo,

RESOLVE:

1. Encerrar a tarefa do Grupo de Amigos, estabelecido pelo Comitê Executivo em sua Trigésima Quinta Reunião Ordinária, sem prejuízo da faculdade do Comitê Executivo de estabelecer novos grupos de amigos do presidente em reuniões futuras e agradecer a seus membros por suas contribuições e participação.
2. Transferir o mandato do Grupo de Amigos à CCEAG, a fim de que faça recomendações concretas ao Comitê Executivo em sua próxima reunião ordinária para a reorganização e o fortalecimento do IICA – sua estrutura, as bases de financiamento e seus mandatos – necessárias para se atender às demandas de cooperação dos países membros do Instituto.
3. Encarregar a CCEAG de promover a participação de outros Estados membros que não integram a Comissão na discussão e formulação das recomendações ao Comitê Executivo sobre a matéria, as quais podem incluir, entre outras, sugestões para a modificação da Convenção do Instituto de 1979.
4. Levando em conta as recomendações da CCEAG, solicitar que o Comitê Executivo apresente na próxima reunião da JIA as propostas para a reestruturação estratégica e o fortalecimento financeiro do Instituto, juntamente com os projetos das modificações regulamentares requeridas.
5. Solicitar ao Diretor-Geral que ofereça apoio técnico e administrativo à CCEAG e ao Comitê Executivo para a execução de dessa tarefa.

IICA/JIA/Res. 502 (XVIII-0/15)

22 de outubro de 2015

Original: português

RESOLUÇÃO N° 502**GRUPO DE TRABALHO PARA MELHORAR AS CAPACIDADES DOS PAÍSES
DAS AMÉRICAS NA AVALIAÇÃO DE RISCOS SANITÁRIOS E
FITOSSANITÁRIOS**

A JUNTA INTERAMERICANA DE AGRICULTURA (JIA), em sua Décima Oitava Reunião Ordinária,

TENDO VISTO:

A proposta de criação de um grupo de trabalho com o objetivo de melhorar as capacidades dos países das Américas na avaliação de riscos sanitários e fitossanitários,

CONSIDERANDO:

Que a avaliação de risco é uma ferramenta moderna que fundamenta as medidas sanitárias e fitossanitárias e proporciona base técnica para as discussões relacionadas com a facilitação do comércio entre os países;

Que será de grande utilidade potencializar os recursos humanos e financeiros dos países da região para a realização de avaliações sistemáticas de risco; e

Que melhorar as capacidades e os procedimentos de avaliação de riscos sanitários e fitossanitários nos países das Américas trará benefícios para todos os países da região,

RESOLVE:

1. Criar um grupo de trabalho com o objetivo de melhorar as capacidades dos países das Américas na avaliação de riscos sanitários e fitossanitários, articulado pelo IICA, em coordenação com as organizações regionais pertinentes, como o Conselho Agropecuário do Sul (CAS), o Conselho Agropecuário Centro-Americano (CAC), a Comunidade do Caribe (CARICOM), o Comitê de Sanidade Vegetal da Área Sul (COSAVE), o Organismo Internacional Regional de Sanidade Agropecuária (OIRSA), a Organização Norte-Americana de Proteção Vegetal (NAPPO), o Conselho Veterinário Permanente do Sul (CVP) e outros.

2. Determinar que o trabalho seja executado em conformidade com os princípios do Acordo da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, bem como dos organismos internacionais de referência.
3. Instruir que os avanços do grupo de trabalho sejam divulgados entre todas as partes interessadas que possam participar das discussões das medidas sanitárias e fitossanitárias.
4. Estabelecer o compromisso da divulgação de um relatório do trabalho do grupo aos países da região um ano após a sua constituição.

ASSINATURA DO RELATÓRIO

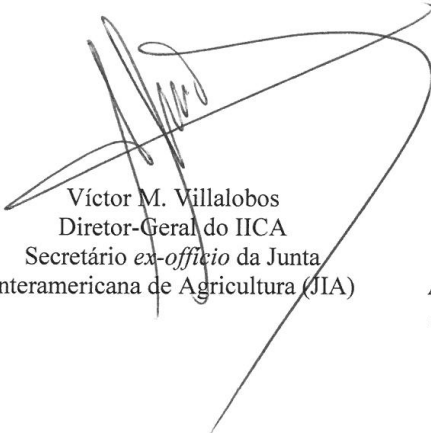
**ASSINATURA DO RELATÓRIO DA DÉCIMA OITAVA
REUNIÃO ORDINÁRIA DA JUNTA INTERAMERICANA
DE AGRICULTURA**

Em cumprimento do disposto no artigo 85 do Regulamento da Junta Interamericana de Agricultura (JIA), procede-se à assinatura do Relatório da Décima Oitava Reunião Ordinária da JIA às 17:00 horas de 22 de outubro de 2015, em Cancun-Riviera Maya, México.


Este relatório será editado pela Secretaria Técnica da reunião. Depois, será publicado nos quatro idiomas do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), na Série de Documentos Oficiais, cujos textos terão igual autenticidade e validade.

A Secretaria depositará os textos originais nos arquivos do Instituto e enviará a versão final do relatório aos governos dos Estados membros, aos Países Associados, aos Observadores Permanentes do Instituto e a outros participantes da reunião. A mesma versão será disponibilizada em formato digital no site do IICA.

Cancun-Riviera Maya, México.



Víctor M. Villalobos
Diretor-Geral do IICA
Secretário *ex-officio* da Junta
Interamericana de Agricultura (JIA)



José Eduardo Calzada Roviroso
Secretário de Agricultura, Pecuária,
Desenvolvimento Rural, Pesca e
Alimentação (SAGARPA) e Presidente da
Junta Interamericana de Agricultura 2015

ANEXOS

ANEXO 1: AGENDA DA REUNIÃO
IICA/JIA/Doc. 369 (15)

- 1. Programa provisório de trabalho** IICA/JIA/Doc. 368 (15)

- 2. Relatório aos Estados membros**
 - 2.1. Mensagem do Diretor-Geral Sem documento

- 3. Foro técnico “Para uma produtividade competitiva, sustentável e inclusiva: Uma oportunidade para a agricultura das Américas”**
 - 3.1. Documento técnico: Uma produtividade competitiva, inclusiva e sustentável: Oportunidade para o continente americano IICA/JIA/Doc. 370 (15)

- 4. Resultados da reunião hemisférica de sanidade agropecuária**

- 5. Parcerias estratégicas do IICA**
 - 5.1. Avanço no fortalecimento das parcerias estratégicas do IICA com outras instituições
 - 5.2. Perspectivas da agricultura e do desenvolvimento rural nas Américas: Um olhar para a América Latina e o Caribe 2016 Sem número

- 6. Relatório do Grupo de Trabalho de Amigos do Presidente do Comitê Executivo**

- 7. Situação financeira e do orçamento-programa**
 - 7.1. Orçamento-programa para o biênio 2016 -2017 IICA/JIA/Doc. 371 (15)
 - 7.2. Relatório sobre a arrecadação de cotas IICA/JIA/Doc. 372 (15)

- 7.3. Demonstrativos financeiros do IICA 2013 e 2014 e relatórios dos auditores externos IICA/JIA/Doc. 373 (15)
- 7.4. Vigésimo e Vigésimo Primeiro relatórios do Comitê de Exame de Auditoria (CEA) IICA/JIA/Doc. 374 (15)

8. Assuntos dos órgãos de governo do IICA

- 8.1. Relatório do Representante da JIA junto ao Conselho Superior do CATIE no período 2013-2014 Documento informativo nº 01 (15)
- 8.2. Avanços no cumprimento das resoluções da Décima Sétima Reunião Ordinária da JIA IICA/JIA/Doc. 375 (15)
- 8.3. Avanços no cumprimento das resoluções da Trigésima Quarta e Trigésima Quinta Reuniões Ordinárias do Comitê Executivo IICA/JIA/Doc. 376 (15)
- 8.4. Data e sede da Décima Nona Reunião Ordinária da JIA IICA/JIA/Doc. 377 (15)
- 8.5. Relatório sobre as reuniões ministeriais e o Plano Agro 2003-2015 IICA/JIA/Doc. 378 (15)

9. Outros assuntos

ANEXO 2: LISTA DE PARTICIPANTES

ESTADOS MIEMBROS

Antigua e Barbuda

Arthur M. Nibbs (*Titular*)
Minister of Agriculture, Lands,
Fisheries and Barbuda Affairs
Ministry of Agriculture, Lands,
Fisheries
& Barbuda Affairs
Tel.: (268) 562 4679
nibbsarthur@gmail.com
arthur.nibbs@ab.gov.ag

Jedidiah Maxime (*Suplente*)
Director of Agriculture
Department of Agriculture
Ministry of Agriculture, Lands,
Fisheries and Barbuda Affairs
Tel.: (268) 764 1259
jeddi59@gmail.com

Julius A. Ross (*Assessor*)
Technical Consultant
Ministry of Agriculture, Lands,
Fisheries and Barbuda Affairs
Tel.: (268) 764 9696
ross1750@yahoo.com

Argentina

Carlos Horacio Casamiquela (*Titular*)
Ministro de Agricultura, Ganadería
y Pesca
Ministerio de Agricultura, Ganadería
y Pesca
Tel.: (54 11) 4044 5664
ccasamiquela@magyp.gob.ar

Carla Seain (*Suplente*)
Subsecretaria de Coordinación Política
Ministerio de Agricultura Ganadería
y Pesca
Tel.: (54 11) 4349 2000
cseain@magyp.gob.ar

Verónica Caride (*Suplente*)
Directora Nacional de Relaciones
Agroalimentarias Internacionales
Ministerio de Agricultura, Ganadería
y Pesca
Tel.: (54 11) 4363 6208
vcaride@magyp.gob.ar

Roberto Juan Billard (*Assessor*)
Director de Ceremonial
Unidad Ministro
Ministerio de Agricultura, Ganadería
y Pesca
Tel.: (54 11) 6862 1738
robertobillard@gmail.com

Bahamas

V. Alfred Gray (*Titular*)
Minister of Agriculture and Marine
Resources
Ministry of Agriculture and Marine
Resources
Tel.: (242) 397 7400
valfredgray@bahamas.gov.bs

William J. Godfrey Eneas (*Suplente*)
Ambassador to the Food and
Agriculture Organization (FAO)
President of the Bahamas Agriculture and
Marine Institute (BAMSI)

Ministry of Foreign Affairs and
Immigration
Tel.: (242) 397 7418
godfrey.eneas@gmail.com

Barbados

David Cleveland Estwick, M.P. (*Titular*)
Minister of Agriculture, Food, Fisheries
and Water Resource Management
Ministry of Agriculture, Food, Fisheries
and Water Resource Management
Tel.: (246) 434 5010
minister@minagriculture.gov.bb

Ralph Wilton Farnum (*Suplente*)
Acting Chief Agricultural Officer
Ministry of Agriculture, Food, Fisheries
and Water Resource Management
Tel.: (246) 243 7205
rfarnum@minagriculture.gov.bb
farnumr@excite.com

Brasil

Kátia Regina de Abreu (*Titular*)
Ministra da Agricultura, Pecuária
e Abastecimento
Ministério da Agricultura, Pecuária
e Abastecimento
Tel.: (55 61) 3218 2510
katia.abreu@agricultura.gov.br

Tatiana Lipovetskaia Palermo (*Suplente*)
Secretária de Relações Internacionais de
Agronegócio
Ministério da Agricultura, Pecuária
e Abastecimento
Tel.: (55 61) 3218 2510
tatiana.palermo@agricultura.gov.br

Décio Coutinho (*Suplente*)
Diretor de Defesa Agropecuária
Ministério da Agricultura, Pecuária e
Abastecimento
Tel.: (55 61) 6218 2510
decio.coutinho@agricultura.gov.br

Alberto Luiz Pinto Coelho Fonseca (*Assessor*)
Diretor de Promoção Internacional e
Agronegócio
Ministério da Agricultura, Pecuária e
Abastecimento
Tel.: (55 61) 3218 2425
alberto.fonseca@agricultura.gov.br

Priscilla Rodrigues Mendes (*Assessor*)
Assessora
Ministério da Agricultura, Pecuária
e Abastecimento
Tel.: (55 61) 3218 2510
priscilla.rodrigues@agricultura.gov.br

João Guilherme Vogado (*Assessor*)
Chefe de Gabinete do Escritório de
Assuntos Internacionais
Ministério do Planejamento do Brasil
Tel.: (55 61) 9337 0843
guilherme.abrahaio@planejamento.gov.br

Kátia Coelho Da Rocha Terezinha (*Assessor*)
Assessora
Ministério da Agricultura, Pecuária e
Abastecimento
Tel.: (55 61) 3218 2510
katia.rocha@agricultura.gov.br

Canadá

Fred Gorrell (*Titular*)
Assistant Deputy Minister

Market and Industry Services Branch
Agriculture and Agri-Food Canada
Tel.: (613) 773 1790
fred.gorrell@agr.gc.ca

Daryl Nearing (*Suplente*)
Deputy Director
Multilateral Relations
Agriculture and Agri-Food Canada
Tel.: (613) 773 1523
daryl.nearing@agr.gc.ca

Kim O'Neil (*Suplente*)
Counsellor
Embassy of Canada to Mexico
México D.F., México
Tel.: (52 555) 2122 5233
kim.o'neil@international.gc.ca

Chile

Carlos Guillermo Furche Guajardo (*Titular*)
Ministro de Agricultura
Ministerio de Agricultura
Tel.: (56 2) 7649 2737
carlos.furche@minagri.gob.cl

Claudia Carbonell Piccardo (*Suplente*)
Directora Nacional
Oficina de Estudios y Políticas Agrarias
(ODEPA)
Ministerio de Agricultura
Tel.: (56 2) 2397 3007
ccarbonell@odepa.gob.cl

Alex Barril García (*Suplente*)
Asesor del Ministro en Asuntos
Internacionales
ODEPA-MINAGRI
Ministerio de Agricultura
Tel.: (56 2) 2397 3090
abarril@odepa.gob.cl

Héctor Andrés Echeverría Vásquez (*Suplente*)
Director Ejecutivo
Fundación para la Innovación Agraria
Tel.: (56 9) 5628 3610
hector.echeverria@fia.cl

Costa Rica

Luis Felipe Arauz Cavallini (*Titular*)
Ministro de Agricultura y Ganadería
Ministerio de Agricultura y Ganadería
Tel.: (506) 2220 4346
farauz@mag.go.cr
despachoministro@mag.go.cr

Ana Isabel Gómez De Miguel (*Suplente*)
Directora a.i
Secretaría Ejecutiva de Planificación
Sectorial Agropecuaria (SEPSA)
Ministerio de Agricultura y Ganadería
Tel.: (506) 8834 9386
agomez@mag.go.cr

Dominica

Johnson Drigo (*Titular*)
Minister for Agriculture and Fisheries
Ministry of Agriculture and Fisheries
Tel.: (767) 266 3211
minsecagriculture@dominica.gov.dm

Ecuador

Xavier Ponce Cevallos (*Titular*)
Ministro de Agricultura, Ganadería,
Acuicultura y Pesca
Ministerio de Agricultura, Ganadería,
Acuicultura y Pesca
Tel.: (593) 2396 0100
ministro@magap.gob.ec

Fazzia Moreira Izurieta (*Suplente*)
 Directora de Preinversión y
 Cooperación Nacional e Internacional
 Ministerio de Agricultura, Ganadería,
 Acuicultura y Pesca
 Tel.: (593) 9811 1727
 fmoreira@magap.gob.ec

El Salvador

Orestes Fredesman Ortez Andrade (*Titular*)
 Ministro de Agricultura y Ganadería
 Ministerio de Agricultura y Ganadería
 Tel.: (503) 2210 1745
 orteza@mag.gob.sv

Wilfredo Rubio Reyes (*Suplente*)
 Asesor Principal del Despacho
 Ministerio de Agricultura y Ganadería
 Tel.: (503) 2210 1700
 wilfredo.rubio@mag.gob.sv

Estados Unidos da América

Michael T. Scuse (*Titular*)
 Undersecretary
 Farm and Foreign Agricultural Services
 United States Department of Agriculture
 Tel.: (202) 720 3111
 michael.scuse@osec.usda.gov

Bryce Quick (*Suplente*)
 Associate Administrator and Chief
 Operating Officer
 Foreign Agricultural Service
 United States Department of Agriculture
 Tel.: (202) 720 2706
 bryce.quick@fas.usda.gov

Wendell Dennis (*Assessor*)
 Deputy Director

Multilateral Affairs Division
 Office of Agreements and Scientific Affairs
 Foreign Agricultural Service
 United States Department of Agriculture
 Tel.: (202) 720 1319
 wendell.dennis@fas.usda.gov

Lloyd Harbert (*Assessor*)
 Minister-Counselor
 Office of Agricultural Affairs
 United States Embassy in Mexico
 México D.F., México
 Tel.: (52 55) 5080 2847
 lloyd.harbert@fas.usda.gov

Alicia Hernández (*Assessora*)
 Attaché
 Office of Agricultural Affairs
 United States Embassy in Mexico
 México D.F., México
 Tel.: (52 55) 5080 2723
 alicia.hernandez@fas.usda.gov

Thomas E. Brown, Jr. (*Assessor*)
 Multilateral Affairs Officer
 Bureau of International Organizations,
 Management Policy and Resources
 United States Department of State
 Tel.: (202) 634 1469
 brownte2@state.gov

Granada

Roland Bhola (*Titular*)
 Minister for Agriculture, Lands, Forestry,
 Fisheries and the Environment
 Ministry of Agriculture, Lands, Forestry,
 Fisheries and the Environment
 Tel.: (473) 440 2722
 agriculture@gov.gd

Ronald O'Neale (*Suplente*)
 Agronomist - Technical Personnel
 Ministry of Agriculture, Lands, Forestry,
 Fisheries and the Environment
 Tel.: (473) 407 3584
 roneale1@gmail.com

Guatemala

José Sebastián Marcucci Ruiz (*Titular*)
 Ministro de Agricultura, Ganadería y
 Alimentación
 Ministerio de Agricultura, Ganadería
 y Alimentación
 Tel.: (502) 2413 7000
 ministromaga@gmail.com

Guiana

Noel L. Holder (*Titular*)
 Minister of Agriculture
 Ministry of Agriculture
 Tel.: (592) 227 5049
 holdnl@hotmail.com
 minofagriculture2015@gmail.com

Haiti

Colette Blanchet (*Titular*)
 Directrice de la Coopération Externe
 Ministère de l'Agriculture, des
 Ressources Naturelles et du
 Développement Rural
 Tel.: (509) 3621 7163
 coletteblanchet@yahoo.com

Honduras

Ricardo Peña Ramírez (*Titular*)
 Director Cumplimiento UPEG-SAG
 Secretaría de Agricultura y Ganadería
 Tel.: (504) 2221 5030
 rpenaramirez@yahoo.com

Jamaica

Donovan Stanberry (*Titular*)
 Permanent Secretary
 Ministry of Agriculture and Fisheries
 Tel.: (876) 999 8205 / 927 1790
 dpstanberry@moa.gov.jm
 psoffice@moa.gov.jm

México

José Eduardo Calzada Roviroso (*Titular*)
 Secretario de Agricultura Ganadería,
 Desarrollo Rural, Pesca y Alimentación
 Secretaría de Agricultura, Ganadería,
 Desarrollo Rural, Pesca y Alimentación
 (SAGARPA)
 Tel.: (52 555) 3871 1010
 jose.calzada@sagarpa.gob.mx

Ricardo Aguilar Castillo (*Suplente*)
 Subsecretario de Alimentación y
 Competitividad
 Secretaría de Agricultura, Ganadería,
 Desarrollo Rural, Pesca y Alimentación
 (SAGARPA)
 Tel.: (52 555) 3871 1000
 ricardo.acastillo@sagarpa.gob.mx

Raúl Urteaga Trani (*Suplente*)
 Coordinador General de Asuntos
 Internacionales
 Secretaría de Agricultura, Ganadería,
 Desarrollo Rural, Pesca y Alimentación
 (SAGARPA)
 Tel.: (52 555) 3871 1055
 raul.urteaga@sagarpa.gob.mx

Oscar Octavio Olivares Plata (*Suplente*)
 Director General de Administración de
 Riesgos

Secretaría de Agricultura, Ganadería,
Desarrollo Rural, Pesca y Alimentación
(SAGARPA)
Tel.: (52 555) 4362 8200
oscar.olivares@sagarpa.gob.mx

Luciano Vidal García (*Suplente*)
Coordinador de Asesores del
Subsecretario de Alimentación y
Competitividad
Secretaría de Agricultura, Ganadería,
Desarrollo Rural, Pesca y Alimentación
(SAGARPA)
Tel.: (52 555) 3178 1143
luciano.vidal@sagarpa.gob.mx

María de Lourdes Cruz Trinidad (*Suplente*)
Directora de Relaciones Internacionales
Secretaría de Agricultura, Ganadería,
Desarrollo Rural, Pesca y Alimentación
(SAGARPA)
Tel.: (52 555) 3871 1058
mcruz.dgai@sagarpa.gob.mx

Fernando Valderrábano Pesquera (*Suplente*)
Subdirector de Asuntos Internacionales
Secretaría de Agricultura, Ganadería,
Desarrollo Rural, Pesca y Alimentación
(SAGARPA)
Tel.: (52 555) 3871 1058
fernando.valderrabano@sagarpa.gob.mx

Nicaragua

Isidro Antonio Rivera (*Titular*)
Director General de Monitoreo,
Seguimiento y Evaluación a la
Producción
Ministerio Agropecuario
Tel.: (505) 2255 1182
irisidro8@gmail.com

Juan Carlos Gutiérrez Madrigal (*Suplente*)
Ministro Consejero con Funciones
Consulares
Embajada de la República de Nicaragua
en México
México, D.F., México
Tel.: (52 555) 2092 9639
juancgm@prodigy.net.mx

Panamá

Jorge Arango Arias (*Titular*)
Ministro de Desarrollo Agropecuario
Ministerio de Desarrollo Agropecuario
Tel.: (507) 507 0605
jarango@caisa.com.pa

Alberto Arjona Acosta (*Suplente*)
Asesor Ministerial
Ministerio de Desarrollo Agropecuario
Tel.: (507) 507 0606
aarjona@mida.gob.pa

Paraguay

Jorge Raúl Gattini Ferreira (*Titular*)
Ministro de Agricultura y Ganadería
Ministerio de Agricultura y Ganadería
Tel.: (595 21) 440 718
jgattini@yahoo.com

Santiago Bertoni Hicar (*Suplente*)
Director General de Planificación
Ministerio de Agricultura y Ganadería
Tel.: (595) 8125 6262
zp5msb@gmail.com

Peru

José Luis Chávez Gonzales (*Titular*)
Embajada de la República de Perú en
México

México D.F., México
Tel.: (52 555) 3843 1583
jlchavezgonzales@gmail.com

República Dominicana

Ángel Francisco Estévez Bourdier (*Titular*)
Ministro de Agricultura
Ministerio de Agricultura
Tel.: (809) 547 3888 ext. 3032
cooperacion.agricultura@gmail.com

Leandro M. Mercedes (*Suplente*)
Viceministro de Extensión y
Capacitación Agropecuarias
Ministerio de Agricultura
Tel.: (809) 547 3888 ext. 4004
cooperacion.agricultura@gmail.com

Santa Lúcia

Moses Jn. Baptiste (*Titular*)
Minister for Agriculture, Food Production,
Fisheries and Rural Development
Ministry for Agriculture, Food
Production, Fisheries and Rural
Development
Tel.: (758) 468 4173 / 468 4174
ministers.agriculture@govt.lc

Sunita Daniel (*Suplente*)
Chief Agricultural Planning Officer
Ministry for Agriculture, Food
Production, Fisheries and Rural
Development
Tel.: (758) 287 5950
capo@govt.lc

São Cristóvão e Nevis

Alexis Jeffers (*Titular*)
Minister of Agriculture
Government of St Kitts and Nevis
Tel.: (869) 662 5007
min.agriculture@nia.gov.kn
alexis_jeffers@yahoo.com

São Vicente e Granadinas

Ashley Cain (*Titular*)
Chief Agricultural Officer
Ministry of Agriculture, Rural
Transformation, Forestry, Fisheries and
Industry
Tel.: (784) 456 1410
ashleyrcain@gmail.com

Suriname

Djoemadie Kasanmoesdiran (*Titular*)
Acting Director of Agriculture
Ministry of Agriculture, Animal
Husbandry and Fisheries
Tel.: (597) 479 112
dj.kasanmoesdiran@sr.net

Uruguai

Tabaré Aguerre (*Titular*)
Ministro de Ganadería, Agricultura
y Pesca
Ministerio de Ganadería, Agricultura
y Pesca
Tel.: (598) 2412 6326
ministro@mgap.gub.uy
uai@mgap.gub.uy

Mario Mondelli Delgado (*Suplente*)
 Director de Política y Programación
 Agropecuaria
 Ministerio de Ganadería, Agricultura
 y Pesca
 Tel.: (598) 9937 9247
 mmondelli@mgap.gub.uy

Venezuela

José Gregorio Aguilera Contreras (*Titular*)
 Viceministro de Agricultura
 Ministerio del Poder Popular para la
 Agricultura y Tierras
 Tel.: (212) 509 0064
 seguimientocontrol2013@gmail.com
 agriculturainternacional2015@gmail.com

PAIS ASOCIADO AO IICA

Espanha

Manuel María Calderón Moreno
 Consejero de Agricultura, Alimentación
 y Medio Ambiente
 Embajada del Reino de España en México
 Tel.: (52 555) 5203 3263
 mexico@magrama.es

DIRETORES EMÉRITOS

Carlos Aquino
 Tel.: (809) 563 3712
 Santo Domingo, República Dominicana

Chelston W.D. Brathwaite
 Ambassador of Barbados in the People's
 Republic of China
 Beijing, China
 Tel.: (861) 381 1628 774
 chelston_brathwaite@yahoo.com

COMITÉ DE EXAME DE AUDITORIA (CEA)

Steve Rickrode
 Deputy Assistant Inspector General
 USDA Office of Inspector General
 Washington D.C., United States of America
 Tel.: (202) 720 4397
 steven.rickrode@oig.usda.gov

PAÍSES OBSERVADORES

Franca

Catherine Geslain-Laneelle
 Directrice Générale
 Ministère de l'Agriculture
 Paris, France
 Tel.: (33 06) 7214 7472
 liste-sec-dg-dgpe@agriculture.gouv.fr

Christophe Malvezin
 Agricultural Counselor
 Embassy of France in the United States
 of America
 Washington D.C., United States of
 America
 Tel.: (202) 494 7742
 christophe.malvezin@dgtresor.gouv.fr

Anne Bernard
 Consejera Económica
 Embajada de la República Francia en
 México
 México D.F., México
 Tel.: (52 555) 9171 9700
 anne.bernard@dgtresor.gouv.fr

**ORGANIZAÇÕES
INTERNACIONAIS**

**Banco de Desenvolvimento da
América Latina (CAF)**

Moira Paz-Estenssoro
Directora Representante en México
México D.F., México
Tel.: (52 555) 1102 6916 / 6911
mpazestenssoro@caf.com

Fórum Econômico Mundial (FEM)

Lisa Dreier
Head of Food Security and
Agriculture Initiatives
Washington D.C., United States of
America
Tel.: (917) 664 5646
lisa.dreier@weforum.org

**Banco Interamericano de
Desenvolvimento (BID)**

César Tulio Bustamante Terreros
Especialista Líder en Recursos
Naturales
México D.F., México
Tel.: (52 555) 9138 6205
cesartb@iadb.org

**Instituto de Pesquisa e
Desenvolvimento Agrícola do
Caribe (CARDI)**

Barton A. Clarke
Executive Director
Trinidad and Tobago
Tel.: (868) 645 8120
executive@cardi.org
bclarke@cardi.org

**Centro Agrônômico Tropical de
Pesquisa e Ensino (CATIE)**

José Joaquín Campos Arce
Director General
Tel.: (506) 2558 2551
dgcatie@catie.ac.cr
jcampos@catie.ac.cr

I. Miley González
Subdirector General
Tel.: (506) 2558 2422
dgcatie@catie.ac.cr
gonzalezm@catie.ac.cr

**Comissão Econômica para a América
Latina e o Caribe (CEPAL)**

Adrián Gerardo Rodríguez Vargas
Jefe de la Unidad de Desarrollo Agrícola
Santiago, Chile
Tel.: (569) 7799 3925
adrian.rodriguez@cepal.org

**Centro Internacional de
Melhoramento de Milho e Trigo
(CIMMYT)**

Martin Kropff
Director General
México D.F., México
Tel.: (52 555) 804 7575
cimmyt-dgoffice@cgiar.org

Bram Govaerts
Director Adjunto del Programa de
Intensificación Sustentable y Líder del
Programa Masagro
México D.F., México
Tel.: (52 555) 804 7575
y.reyes@cgiar.org

Huntington Hobbs
Associate Director
Strategic Planning and Research
Coordination
El Batán, Texcoco, 56130
Tel.: (52 555) 5804 2004, ext. 1131
h.hobbs@cgiar.org

**Organização dos Estados Americanos
(OEA)**

Aníbal Quiñónez Abarca
Representante en México
México D.F., México
Tel.: (52 55) 5280 1208
oasmexico@oas.org

**Organização das Nações Unidas para
a Alimentação e a Agricultura (FAO)**

Raúl Benítez Prado
Subdirector General y Representante
Regional para América Latina y el
Caribe
Santiago, Chile
Tel.: (562) 2923 2302
raul.benitez@fao.org

Alejandro Flores – Nava
Oficial Principal de Pesca y Acuicultura
Santiago, Chile
Tel.: (562) 2923 2155
Alejandro.Flores@fao.org

**Rede de Gestão da Inovação no Setor
Agroalimentar (INNOVAGRO)**

Mauricio Fernando Lastra Escudero
Presidente
Coordinador Nacional de las Fundaciones
Produce, A.C. (COFUPRO)

México D.F., México
Tel.: (52 555) 1107 7634
mlastra@cofupro.org.mx

EXPOSITORES

Jessica Mahalingappa
Assistant Deputy Administrator,
International Services
Animal and Plant Health Inspection Service
United States Department of Agriculture
Washington D.C., United States of
America
Jessica.S.Mahalingappa@aphis.usda.gov

Armando Paredes Arroyo Loza
Presidente
Grupo Apal
México, D.F., México
Tel.: (52 442) 221 5044
apal@apal.com.mx

Julio Berdegúé Sacristán
Investigador
Centro Latinoamericano para el
Desarrollo Rural
Corporación Rimisp
Santiago, Chile
Tel.: (562) 2236 4557
jberdegue@rimisp.org

José María Sumpsi Viñas
Catedrático
Universidad Politécnica de Madrid
Madrid, España
Tel.: (34) 6092 92245
j.sumpsi@yahoo.es

CONVIDADOS ESPECIAIS

Jorge Narváez Narváez
Subsecretario de Agricultura
Secretaría de Agricultura, Ganadería,
Desarrollo Rural, Pesca y Alimentación
(SAGARPA)
Tel.: (52 555) 3871 1000 Ext. 33290
jorge.narvaez@sagarpa.gob.mx

Héctor Velasco Monroy
Subsecretario de Desarrollo Rural
Secretaría de Agricultura, Ganadería,
Desarrollo Rural, Pesca y Alimentación
(SAGARPA)
Tel.: (52 555) 3871 1122
hector.velasco@sagarpa.gob.mx

Marcelo López Sánchez
Oficial Mayor
Secretaría de Agricultura, Ganadería,
Desarrollo Rural, Pesca y Alimentación
(SAGARPA)
Tel.: (52 555) 3871 1000 Ext. 33770
marcelo.lopez@sagarpa.gob.mx

Flavio Díaz Mirón Álvarez
Coordinador de Asesores del Secretario
Secretaría de Agricultura, Ganadería,
Desarrollo Rural, Pesca y Alimentación
(SAGARPA)
Tel.: (52 555) 3871 1000
flavio.diazmiron@sagarpa.gob.mx

Francisco José Gurría Treviño
Coordinador General de Ganadería
Secretaría de Agricultura, Ganadería,
Desarrollo Rural, Pesca y Alimentación
(SAGARPA)
Tel.: (52 555) 3871 1071
francisco.gurria@sagarpa.gob.mx

Victor Celaya Celaya
Coordinador General de Delegaciones
Secretaría de Agricultura, Ganadería,
Desarrollo Rural, Pesca y Alimentación
(SAGARPA)
Tel.: (52 555) 3871 1000 Ext. 34485
victor.celaya@sagarpa.gob.mx

Enrique Sánchez Cruz
Director en Jefe
Servicio Nacional de Sanidad,
Inocuidad y Calidad Agroalimentaria
(SENASICA)
México D.F., México
Tel.: (52 555) 5905 1005
directorenjefe@senasica.gob.mx

Alejandro Vázquez Salido
Director en Jefe
ASERCA, SAGARPA
México D.F., México
Tel.: (52 55) 3871 7300
alejandro.vazquez@aserca.gob.mx

Ligia Noemí Osorno Magaña
Directora General
INCA Rural, SAGARPA
México D.F., México
ligia.osorno@inca.gob.mx

Patricia Ornelas Ruiz
Directora en Jefe
SIAP, SAGARPA
México D.F., México
Tel.: (52 555) 3871 8500 Ext. 48161
Patricia.ornelas@siap.gob.mx

FUNCIONÁRIOS DO IICA

Víctor M. Villalobos	Diretor-Geral
Lloyd Day	Subdiretor-Geral
Robert Ahern	Especialista Principal em Sanidade Agropecuária e Inocuidade dos Alimentos
Miguel Ángel Arvelo	Representante do IICA na Costa Rica
Evangelina Beltrán	Coordenadora do Gabinete do Diretor-Geral
Gloria Abraham	Representante do IICA no México
Julio Calderón	Secretário Executivo do CAC
Michel Chartier	Coordenador de Relações Diplomáticas e Protocolo
Salvador Fernández	Diretor de Cooperação Técnica
Miguel García	Representante do IICA nos Estados Unidos da América
María Teresa Maldonado	Diretora da Divisão de Programação, Orçamentação e Controle
Héctor Iturbe	Assessor
Karen Kleinheinz	Diretora da Divisão de Gestão Financeira
José Alfredo Alpízar	Chefe da Unidade de Comunicação Social
Diego Montenegro	Diretor de Gestão e Integração Regional
Carlos O’Farrill	Secretário de Serviços Corporativos
Doreen Preston	Coordenadora da Unidade de Idiomas
Patricia Ross	Coordenadora da Unidade de Eventos Oficiais
Alejandra Sarquís	Representante do IICA no Chile
David Williams	Especialista Principal em Resiliência e Gestão Integral do Risco na Agricultura

ANEXO 3: PESSOAL DA REUNIÃO

Secretário <i>ex-officio</i> da JIA e Diretor-Geral do IICA	Víctor M. Villalobos
Assistente do Diretor-Geral	Maureen Obando
Secretaria Técnica	Héctor Iturbe Katia Núñez Javier Gatica
Assessor jurídico	William Berenson
Organização e coordenação geral	
Coordenação IICA	Gloria Abraham Evangelina Beltrán Patricia Ross
Coordenação SAGARPA	Ricardo Aguilar Óscar Olivares Luciano Vidal
Assuntos técnicos	
Coordenação IICA	Héctor Iturbe Miguel García
Coordenação SAGARPA	Raúl Urteaga Lourdes Cruz Ricardo F. Valderrábano
Divulgação e imprensa	
Coordenação IICA	José Alfredo Alpízar Silvia López Andrea Morales Evelyn Vargas

Coordenação SAGARPA

Abelardo Martín
Francisco Burguete**Diplomacia e protocolo**

Coordenação IICA

Michel Chartier

Coordenação SAGARPA

María de Lourdes Cruz

Atendimento a participantes

Inscrição e secretaria

Sonia González
Albino Amador

Atendimento no hotel

Wendy Esquivel
Leticia Giménez
Sonia González

Atendimento no aeroporto

IICA

Michel Chartier
Ronald Hidalgo
Marlon Rodríguez

SAGARPA

Ricardo F. Valderrábano
Facundo Magaña
Briegel Ortiz
Eder Salas

Atendimento em sala

Eduardo Lovell
Berenice Arboleya
Lidy Astorga
Leticia Giménez
Lorena Mata
Marlen Montoya
Melania Rodríguez

Documentos e relatório

Classificação e distribuição
 Mariantonieta Cordido
 Laura Gutiérrez

Redação de atas
 Manuel Jiménez
 Ronald Aragón
 Nathalia Coto
 Patricia Matamoros
 Julio Mora
 Viviana Palmieri

Edição
 Máximo Araya

Coordenação de interpretação e tradução

Interpretação simultânea

Espanhol
 Sharona Wolkowicz
 Beatriz Ramírez
 Dorina Bonatti

Francês
 Elisabeth Roure
 Ángela Silva

Inglês
 Ana María Sotelo
 Joyce Denton
 Marjorie Robotham

Português
 Natalia Ferreira
 Gabriel Bennemann

Tradução

Espanhol
 Olga Vargas

Francês
 Christine Archambault

Inglês
 Peter Leaver

Português
 (on-line)
 Francisco Azevedo

Controle e acompanhamento de traduções		Leticia Quirós
Digitação	Francês / Português	Wendy Esquivel
	Espanhol / Inglês	Ena Resendiz
Som e gravação digital		David Álvarez Minor Carvajal
Suporte técnico		
	IICA	Luis Diego Watson Marianela Lemaitre Bertín Gallardo
Serviços de apoio		
Administração-financeiros		
	IICA	Martín Barajas
	SAGARPA	Dinorah Hernández
Transporte local		Braulio Hernández
Segurança		Policía Federal Policía Estatal de Quintana Roo
Saúde		Secretaria de Saúde do Estado de Quintana Roo Dr. Víctor Domínguez

Impresso na Gráfica do IICA
Sede Central, São José, Costa Rica
A edição consta de 10 exemplares impressos e
5 exemplares em CD-ROM

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA
SEDE CENTRAL / Caixa Postal 55-2200 San José,
Vázquez de Coronado, San Isidro 11101, Costa Rica
Tel.: (506) 2216-0222 / Fax: (506) 2216-0233
Endereço eletrônico: iicahq@iica.ac.cr / Site na internet: www.iica.int